

pelas águas do **PARAÍBA**

www.ceivap.org.br

ISSN 2175-2222

CEIVAP

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO
DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO PARAÍBA DO SUL

SP | RJ | MG

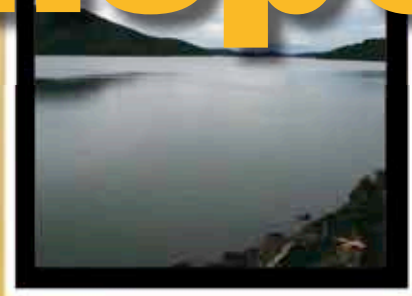
Ano IV • Edição Nº 4 • Janeiro de 2010



■ **AGEVAP:
os desafios
da gestão
dos recursos
hídricos**

■ **Cobrança pelo uso
da água: experiência
consolida-se na
bacia do Paraíba**

Transposição



**Abastecimento da
Macrometrópole
Paulista em debate**

**Chuvas castigam
cidades da
região**



**Rio Paraíba é
também uma
opção de lazer**

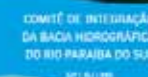


O USO CONSCIENTE DA ÁGUA É UM DEVER DE CADA UM DE NÓS

97,5% de toda a água do Planeta é salgada e está em mares e oceanos. Os outros 2,5% estão assim distribuídos: 1,72% da água doce está congelada nos polos; 0,77% concentrada em áreas subterrâneas e menos de 0,01% é de água boa para ser usada, sendo que somente 0,007% é de fácil acesso. Use com consciência!

The logo for CEIVAP, consisting of the acronym in white capital letters on a green rectangular background.

CEIVAP

The full name of the organization in white capital letters on a blue rectangular background, with the acronym below it.

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO
DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO PARAIBA DO SUL
SP1-AJ/98



sumário

janeiro/2010

- 6** macrometrópole de sp
transposição de águas para abastecimento da região em debate
- 14** cobrança da água
experiência consolida-se na bacia do rio paraíba do sul
- 22** agências de bacias
agevap: os desafios da gestão das águas
- 27** entrevista especial
carlos minc, ministro do meio ambiente
- 30** eventos críticos
chuvas castigam municípios da região
- 36** representação política
atuação parlamentar na bacia hidrográfica
- 40** esporte & lazer
rio paraíba do sul é também uma opção
- 18** cedaee faz acordo para pagamento da cobrança pelo uso água
- 20** cbh-ps 15 anos de atuação e R\$ 30 milhões em investimentos
- 34** artigo joaquim gondim, superintendente de usos múltiplos da ana
- 35** investimentos ete priorizada pelo ceivap é inaugurada
- 44** apoio câmara técnica e gts subsidiam ações do ceivap
- 47** snirh ana disponibiliza portal de informações de recursos hídricos



REVISTA pelas águas do PARAÍBA

Nº 4 (ISSN 2175-2222), ANO IV, JAN 2010

Publicação do Comitê de Integração da Bacia
Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP

Estrada Resende-Riachuelo,
nº 2.535 – AEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.ceivap.org.br – ceivap@ceivap.org.br

Presidente
Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos
Secretaria de Estado do Ambiente
do Rio de Janeiro – SEA/RJ

Vice-Presidente
Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel
Associação Brasileira de Engenharia
Sanitária e Ambiental – ABES/SP

Secretária
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas
Energisa Soluções S/A – MG

Coordenação Técnica
Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia
Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP

CNPJ: 05.422.000/0001-01

Estrada Resende-Riachuelo,
nº 2.535 – AEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.agevap.org.br – agevap@ceivap.org.br

Presidente do Conselho de Administração
Wagner Soares Costa

Presidente do Conselho Fiscal
Oswaldo de Carvalho Ramos

Diretor
Edson Guaracy Lima Fujita

Coordenador de Gestão
Hendrik Lucchesi Mansur

Coordenador Técnico
Flávio Simões

Produção Gráfica / Editorial
Diagramação, Arte Final
Reportagens, Redação, Edição e Revisão
Assessoria de Comunicação da AGEVAP
TextoArte Comunicação – Rua Dr. Oliveira Braga,
nº 405 – Centro – Aparecida (SP)
CEP: 12570-000 – Tel: (12) 3631-4961
textoarte@textoarte.com

Editora
Mônica da Costa (MTb 24.122)

Jornalista Responsável
Teresa Barbosa (MTb 16.973)

Fiscalização e Acompanhamento
Hendrik Lucchesi Mansur
Aline Raquel de Alvarenga


Fotografias
TextoArte Comunicação e
Arquivos CEIVAP/AGEVAP

Impressão
Resolução Gráfica – Tel: (12) 2125-1700

Tiragem
5.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

carta ao leitor



transposição para a
macrometrópole paulista
Reservatório de Paraibuna está
entre as alternativas propostas pelo
Plano Diretor do Governo de SP

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

A importância da integração

No segundo semestre de 2009 acirrou-se o debate na região sobre o “Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista”, em elaboração pelo Governo do Estado de São Paulo. O objetivo é avaliar as disponibilidades e demandas atuais e futuras e apresentar alternativas de novos mananciais para o uso múltiplo da água (abastecimento urbano, industrial e irrigação) nas várias bacias hidrográficas englobadas pela macrometrópole, que abrange três regiões metropolitanas – São Paulo, Campinas e Baixada Santista – mais as áreas que lhes são vizinhas e, ainda, as macrorregiões do Vale do Paraíba e de Sorocaba, cenário constituído por 180 municípios.

A intenção de transpor águas do Paraíba do Sul – fato que já ocorre para o abastecimento da Capital e Região Metropolitana do Rio de Janeiro – para a Macrometrópole Paulista tem gerado insatisfação, principalmente da sociedade civil e representantes do Poder Legislativo (em níveis federal, estadual e municipal) que criaram um movimento em defesa do rio Paraíba do Sul. Os Comitês de Bacias Hidrográficas, CEIVAP e CBH-PS também estão acompanhando o processo e apontam que os estudos elaborados até agora não refletem a realidade da bacia hidrográfica.

A Revista do CEIVAP traz nesta edição uma apresentação do que é o “Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista” e a repercussão nos diversos setores envolvidos. Outro assunto tratado é justamente os desafios da gestão das águas e o papel das Agências de Bacias neste contexto, em especial a experiência pioneira da AGEVAP no processo de integração.

Ainda sobre o tema gestão, traçamos um cenário da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e também da cobrança federal – que desde a sua implantação, em 2003, já arrecadou quase R\$ 50 milhões. Além disso, publicamos um levantamento da representação parlamentar na região e a entrevista com o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Nesta edição, ele fala sobre o Programa de Revitalização de Bacias, Cobrança da Água, Zoneamento Ecológico Econômico e o Programa Produtor de Água.

Boa leitura!

Transposição de águas em debate

Reservatórios de Paraibuna e Jaguari estão entre as alternativas propostas pelo Plano Diretor do Governo de SP

Parece um tema atual, mas não é. A transposição de águas não é assunto novo na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Desde o início do século passado a possibilidade do aproveitamento das águas do rio Paraíba do Sul para abastecimento do Rio de Janeiro, então Capital Federal, já era motivo de estudos. Nos anos de 1930, os defensores desse aproveitamento hídrico eram até chamados “os paraibanos”.

Em meados da década de 1940, a Capital Federal enfrentava, além da falta de água, restrições no consumo de energia elétrica. Em 1945, o presidente Getúlio Vargas autori-

zou a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro a realizar a transposição de até 160 m³/s (2/3 do volume do rio Paraíba do Sul) para aumentar a capacidade do rio Guandu. Naquele tempo, a população expressava suas mazelas em divertidas marchinhas de Carnaval como a “Vagalume”, cujo refrão denunciava: “Rio de Janeiro cidade que nos seduz, de dia falta água, de noite falta luz”.

Para resolver os problemas de abastecimento de energia na Capital Federal, foi construído o complexo Paraíba/Piraí, que iniciou sua operação em 1952, responsável pela ampliação e regularização das vazões no rio Guandu. Inicialmente, visando

à geração de energia, o sistema representa hoje o mais importante reforço para o fornecimento de água potável para 9 milhões de habitantes da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Já no trecho paulista da bacia, em 1920, o engenheiro Gonzaga de Campos elaborou um projeto que previa a transposição de águas do rio Paraibuna para as proximidades de Ubatuba, Litoral Norte de São Paulo, onde seria construída uma Usina Hidrelétrica com potência de 80.000 CV (58.839,9 kW). Em 1921, a Light & Power iniciou os estudos do Projeto da Usina Hidrelétrica de Caraguatatuba, com transposição de águas para a vertente oceânica

de um reservatório que seria alimentado pelas águas dos rios Paraibuna e Paraitinga, formadores do rio Paraíba do Sul. A barragem de concreto iria armazenar 50 milhões de m³ de água, com capacidade para a geração de 136.000 kW de energia.

A Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) atribuiu esse projeto ao engenheiro Catullo Branco. Mas, com base nos estudos de 1921, a Light obteve, em 1926, a concessão do aproveitamento dos rios Paraibuna, Peixe e Paraitinga. Na década de 1950, a empresa desistiu do projeto. Em 1979, foi elaborado para a CESP um estudo denominado "Usina Hidrelétrica Reversível de Caraguatuba", que também não saiu do papel.

Agora, trinta anos depois, o tema volta à cena, com uma possível transposição de águas do rio Paraíba do Sul para a Macrometrópole Paulista.

O PLANO DIRETOR

Contratado em novembro de 2008, o "Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista" está sendo elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo e recebeu R\$ 2,9 milhões de investimentos. O objetivo é avaliar as disponibilidades e demandas atuais e futuras e apresentar alternativas de novos mananciais para o uso múltiplo da água (abastecimento urbano, industrial e irrigação) nas várias bacias hidrográficas englobadas pela macrometrópole, que abrange três regiões metropolitanas – São Paulo, Campinas e Baixada Santista – mais as áreas que lhes são vizinhas e, ainda, as macrorregiões do Vale do Paraíba e de Sorocaba, cenário constituído por 180 municípios.

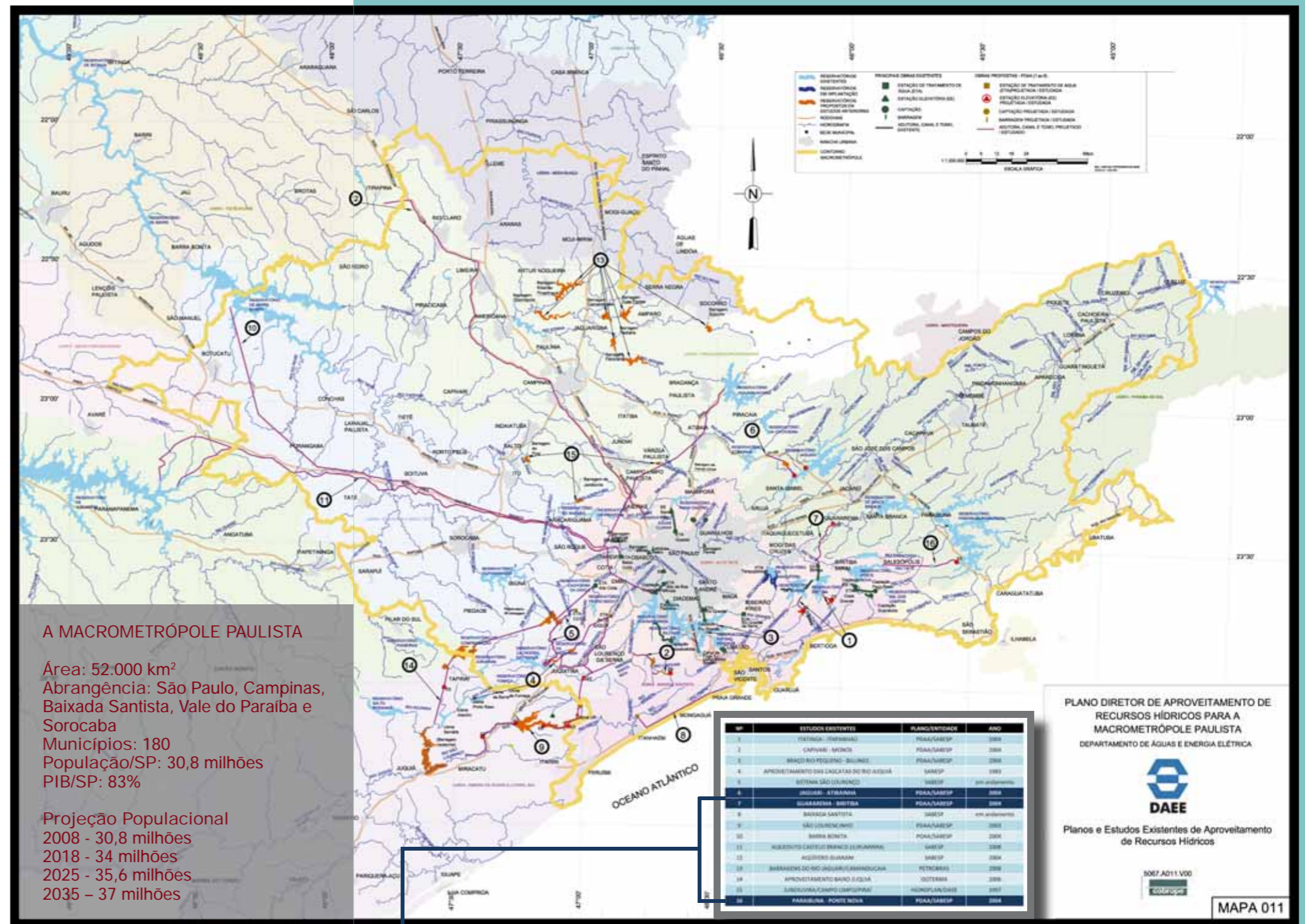
De acordo com a Secretaria de Saneamento e Energia (SSE), trata-se de um planejamento estratégico muito importante para os próximos 30 anos, pois o abastecimento futuro e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico dependem deste mapeamento da disponibilidade hídrica. Estão total ou parcialmente incluídas no âmbito regional dos es-

tudos as seguintes Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs): Alto Tietê (AT); Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ); Baixada Santista (BS); Sorocaba e Médio Tietê (SMT); Paraíba do Sul (PS) e outras que indiretamente compõem a área de influência deste conjunto.

Para revisar os estudos existentes e propor alternativas que resolvessem os conflitos do uso da água já observados em toda a região, o governo instituiu por Decreto um Grupo de Trabalho (GT), composto pelos Secretários de Estado das Pastas de Economia e Planejamento, Saneamento e Energia e do Meio Ambiente. No dia 28 de outubro do ano passado foi realizada, na Capital Paulista, uma reunião com os representantes das diversas regiões que compõem a Macrometrópole de São Paulo, para apresentar as propostas iniciais. Participaram do encontro integrantes de Comitês de Bacias (entre eles o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP e o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul – CBH-PS), além de representantes de outros organismos, como os Conselhos das Regiões Metropolitanas, Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Os estudos apresentados compõem o Relatório Intermediário 1 (RI-1), uma síntese da consolidação dos dados sobre a situação em que se encontra a região da macrometrópole, do ponto de vista socioeconômico e de demanda da água. Eles indicam que existe água disponível, em quantidade e qualidade superiores àquele excesso de demanda que ultrapassará a capacidade de suporte do território macrometropolitano. Nesse contexto, estão os mananciais das bacias hidrográficas do Paraíba do Sul e do Ribeira de Iguape, do Alto Paranapanema e o Aquífero Guarani.

Uma segunda reunião do GT já deveria ter ocorrido no ano passado, mas ainda não tem data marcada. Segundo a SSE, com a produção de um segundo relatório haverá novamente espaço para discussão



com todos os representantes para a avaliação dos estudos e alternativas, sob quatro óticas: técnica, econômica, ambiental e institucional. Após concluídos os dois primeiros estágios, serão realizados Seminários Regionais, decididos com os representantes e agendados nas diversas bacias hidrográficas, para apresentar as propostas ao público. Os novos estudos têm prazo para serem concluídos até março de 2010.

Entre as alternativas viáveis para a bacia do Paraíba do Sul, o plano chegou a estudar três concepções de engenharia para aproveitamento de suas águas visando ao abastecimento. Uma delas com transposição para o Sistema Produtor Cantareira e outra para o Sistema Produtor Alto Tietê. Em todos os projetos foram consideradas vazões de transferência de 5 e 10 m³/s. No caso de transferência para o Sistema Produtor Cantareira, a concepção estudada consiste em captação em um dos braços da represa Jaguari 6, entre os afluentes Ribeirão Boa Vista e Ribeirão das Palmeiras, por meio de uma estação elevatória.

Quanto à transferência para o sistema produtor Alto Tietê, foram estudadas duas alternativas. Primeiro, uma captação no rio Paraíba do Sul, no município de Guararema 7, com lançamento final na represa de Biritiba, após passagem por trecho do rio Tietê e pela elevatória da Sabesp existente no local. Uma segunda alternativa é a de captação na represa de Paraibuna 16, com lançamento na represa de Ponte Nova. De acordo com a posição do governo, a vazão a ser transposta só será conhecida nos próximos relatórios.

Projeto desperta preocupação nos Comitês de Bacias

CBH-PS e CEIVAP participam das discussões nas diferentes instâncias e colegiados nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro

Em dezembro, durante reunião em Cruzeiro, o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) sinalizou a preocupação com a possível transposição de águas aprovando duas deliberações que envolvem o tema: a primeira, pedindo esclarecimentos e providências à Secretaria de Saneamento e Energia (SSE) e à empresa contratada, para apresentação de estudos detalhados a respeito de variáveis que ainda não foram consideradas (veja quadro). “Encontramos algumas divergências no relatório, informações equivocadas. Por isso, montamos um pequeno relatório e encaminhamos ao coordenador do projeto, Rui Brasil Assis (Assessor de Gabinete da SSE), para que a empresa responsável possa reconsiderar estes dados no trabalho”, explica Marli Aparecida Reis Maciel Leite, Diretora do DAEE e Secretária-Executiva do CBH-PS. Ela disse que tem recebido moções de várias Prefeituras e Câmaras Municipais e que está encaminhando essas manifestações ao Governo do Estado.

Já a segunda deliberação aprovou o novo valor do coeficiente para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos relativos à transposição de água da bacia do Rio Paraíba do Sul, de domínio do Estado de São Paulo, para outras bacias hidrográficas. A mudança foi o fator ‘X 13’, que é o coeficiente ponderador de transposição, que até então era um coeficiente único. “Se tivermos mais

este ônus – como já temos com a transposição para o Rio de Janeiro –, é preciso garantir recursos para aplicar na bacia”, pondera. Segundo ela, essa mudança não afetou em nada o Preço Unitário Básico (PUB) atual e este novo coeficiente não é válido para a transposição que ocorre em Barra do Piraí (RJ), porque se trata de uma intervenção em calha federal.

O Vice-Presidente do CBH-PS, Luiz Roberto Barretti, representante da sociedade civil organizada e indicado pelo Comitê para compor o grupo de discussão deste Plano Diretor, participou da reunião em que foi apresentado o RI-1 e disse que o relatório é muito sintético e fatores como crescimento e demanda não foram bem colocados. Barretti diz que no estudo, comparativamente falando, a região metropolitana continua numa curva ascendente de crescimento e o Vale do Paraíba apresenta-se estagnado, como se nada estivesse acontecendo. “Isso nos causa espanto, porque não é verdade: nossas cidades estão passando por um momento de grande expectativa de investimentos, como a vinda do trem de alta velocidade, a modernização da Aeronáutica, as pesquisas com o pré-sal, entre outros”.

Segundo Barretti, o que preocupa a sociedade civil organizada é saber se vai haver ou não a transposição de águas e a consequência disso para bacia do rio Paraíba do Sul. “Uma das captações está prevista em cabeceira, onde a água é

de excelente qualidade”. Para ele, o trecho mais crítico hoje é exatamente a jusante deste ponto proposto para captação, onde estão localizadas as cidades de Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté e Pindamonhangaba. “É nesse percurso que existe a maior concentração de uso e de lançamento de efluentes. Qualquer diminuição de vazão no rio causaria um impacto na qualidade da água, prejudicando as captações das cidades, indústrias e da irrigação agrícola ao longo do rio Paraíba do Sul, requerendo, inclusive, um tratamento mais sofisticado e até a necessidade de se rever outorgas”, afirma Barretti.

TEMA É PRIORITÁRIO PARA O CEIVAP

A Presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), Marilene Ramos, Secretária de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, disse que o assunto é tão prioritário que o Comitê – por meio de sua diretoria colegiada, seus membros e a própria AGEVAP – já está participando das discussões que estão ocorrendo nas diferentes instâncias e colegiados nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Dois representantes da entidade integram o GT: Edes Fernandes de Oliveira, da Companhia de Águas e Esgotos do Rio de

Janeiro (CEDAE), e Maria Aparecida Vargas, Secretária do CEIVAP e representante do Setor Elétrico (MG).

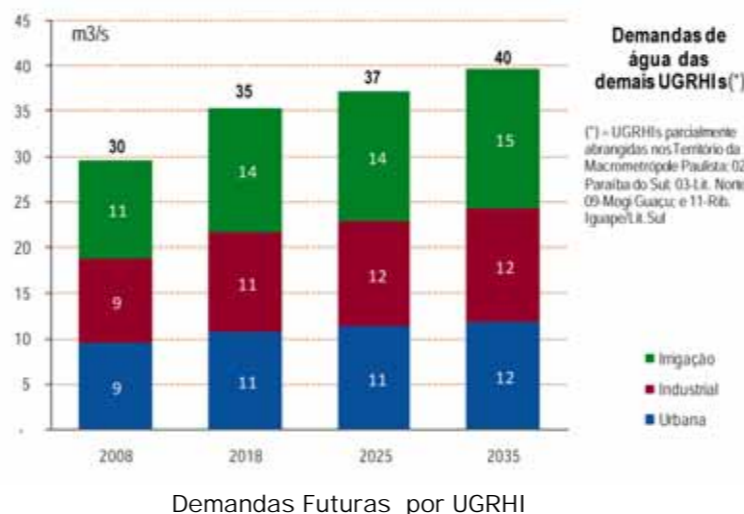
O CEIVAP pretende, na primeira reunião de 2010, informar aos membros do Comitê o andamento e o teor das discussões ocorridas, inclusive os principais resultados da reunião do GT. “No entanto, para que o CEIVAP se pronuncie oficialmente sobre a questão, faz-se necessário que os estudos em curso sejam mais específicos e esclarecedores sobre a transposição. É o que se espera do segundo relatório do referido Plano que tratará da proposição e análise de alternativas de aproveitamento de recursos hídricos para a Macrometrópole Paulista”, diz Marilene.

Segundo ela, hoje não existem estudos ou informações que respondam com precisão qual seria o impacto dessa nova reversão na bacia do rio Paraíba do Sul, em geral, e na bacia do rio Guandu e Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em particular. “O Plano de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, que será licitado ainda no início de 2010, deverá responder parte dessa pergunta, levando em conta não somente a dependência da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas todas as regiões fluminenses da bacia; afinal, dois terços da população fluminense bebem água do rio Paraíba e seus afluentes”.

A Presidente afirma ainda que se for necessário o CEIVAP irá empreender estudos complementares que sejam capazes de apontar precisamente quais seriam os impactos decorrentes de uma nova transposição para a bacia do rio Paraíba do Sul, sobretudo ao longo do Vale do Paraíba. Ela ressalta que todos os usos atuais na extensão do rio Paraíba do Sul devem ser preservados em toda a bacia e os usuários devem ter assegurados os seus direitos atuais de utilização dos recursos hídricos. “É igualmente imprescindível que as limitações futuras de usos da água e desenvolvimento econômico na bacia, decorrentes de uma nova transposição, sejam compensadas. E o CEIVAP terá papel fundamental a desempenhar no contexto das futuras negociações”, conclui.

Variáveis questionadas no RI-1

Projeção das Demandas de Água – UGRHIS-2 (Paraíba do Sul), 3, 9 e 11



UGRHI	Demandas Futuras (m³/s)									Soma, m³/s		Crescimento (2008-35) % a.a. equivalente	
	Urbana			Irrigação			Industrial			2008	2035		
	2008	2018	2035	2008	2018	2035	2008	2018	2035				
2 - Paraíba do Sul	6,37	7,15	7,84	5,81	5,84	5,93	5,45	6,10	6,96	17,42	19,18	20,73	0,64%
3 - Litoral Norte	0,98	1,15	1,34	-	-	-	0,39	0,46	0,59	1,38	1,61	1,93	1,29%
05 - Preciobal/ Capivar/ Jurdial	17,23	20,16	22,15	8,15	9,94	13,26	10,55	13,91	17,13	35,93	44,91	52,55	1,42%
06 - Alto Tietê	69,96	78,61	83,56	3,59	3,59	3,59	37,40	38,63	39,56	110,95	120,83	126,71	0,49%
07 - Baixada Saratá	8,95	8,29	9,17	-	-	-	7,89	8,13	10,12	14,84	17,42	19,29	0,97%
09 - Mogi Guaçu	2,01	2,26	2,44	0,05	7,83	9,41	3,58	4,32	4,91	10,65	14,40	16,77	1,70%
10 - Tietê/ Sorocaba	6,18	7,30	8,26	8,18	11,52	12,87	4,55	6,18	7,59	19,90	24,99	28,72	1,37%
11 - Ribeira de Iguape/ Litoral Sul	0,07	0,15	0,18	0,02	0,02	0,03	0,00	0,00	0,00	0,09	0,16	0,22	3,28%
Total	109,78	125,68	134,94	31,59	38,73	45,10	69,82	78,81	86,86	211,17	242,61	266,90	0,87%
Crescimento (2008-35), % a.a. equivalente	0,77%			1,33%			0,81%			0,87%			

Deliberação CBH-PS nº 19/2009:

Variáveis que não foram consideradas no Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista

- Parcela de água que a UGRHI-2 deve fornecer para atender a vazão de Santa Cecília/ Barra do Piraí (RJ) de 250 m³/s, para fins de transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu;
- Parcela de água produzida no trecho paulista comprometida com as demandas atuais e futuras para os setores de irrigação, abastecimento, indústria, hidroeletricidade e navegação;
- Atendimento às condições do enquadramento dos corpos d' água nas classes de uso atuais da UGRHI-2, no caso de modificação das vazões por conta da transposição, em especial do rio Paraíba do Sul;
- Viabilidade de implantação de novos reservatórios para a regularização de vazões em afluentes do rio, considerando os eventuais impactos socioeconômicos-ambientais na região, a quantificação e qualificação das demandas de água na bacia do rio Guandu, para os diversos usos, no Estado do Rio de Janeiro;
- Comportamento dos níveis d' água na bacia do rio Guandu para os diversos usos no Estado do Rio de Janeiro;
- Comportamento dos níveis d' água dos reservatórios de cabeceiras, no trecho paulista, em períodos hidrológicos desfavoráveis.

Logo que foram anunciados os estudos sobre uma possível transposição de águas do rio Paraíba do Sul, um grupo formado pelos vereadores Renata Paiva (São José dos Campos), Rose Gaspar (Jacareí) e Jefferson Campos (Taubaté) e a ONG Instituto Eco-Solidário criou um movimento em defesa do rio Paraíba do Sul. Os debates ganharam mais força a partir da realização do “Fórum Regional em Defesa da Bacia do Rio Paraíba do Sul”, que aconteceu em 30 de novembro de 2009 na Câmara Municipal de São José dos Campos.

Cerca de 500 pessoas estiveram presentes no evento, organizado com o objetivo de alertar sobre os impactos dessa ação ao meio ambiente. Durante o encontro foi lançada oficialmente a campanha que está sendo divulgada pela internet, no site www.ovalenaobremao.org.br, e lida a “Carta em Defesa do Rio Paraíba do Sul”, aprovada por aclamação, que foi entregue pelos deputados da Frente Parlamentar aos Governadores dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Várias lideranças na bacia hidrográfica têm se posicionado com relação ao assunto. A Frente Parlamentar em Defesa do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira fez convites às Assembléias Legislativas do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com o intuito de unir esforços para tratar a questão. De acordo com o Deputado Padre Afonso Lobato, Presidente da Frente Parlamentar, faltou transparência do governo paulista para discutir o assunto. “Nós sabemos que é quase certa a transposição, uma vez que o rio Paraíba do Sul, pela sua proximidade com a Capital e Região Metropolitana, é a opção mais barata. O que nos deixou preocupados é que os estudos foram iniciados e ninguém ficou sabendo, o que significa que, se não estivéssemos atentos, a reação poderia ser tarde demais”, alerta.

Os deputados também estiveram com a Secretária de Energia e Saneamento, Dilma Pena, para pedir ex-

plicações e determinar que a população do Vale do Paraíba esteja no contexto das decisões. “Acreditamos que outras compensações ambientais e econômicas ainda deverão ser exigidas do governo estadual, a fim de minimizar os efeitos dessa medida”. Além de tentar barrar a transposição, os líderes do movimento disseram que pretendem conseguir recursos para a recuperação da bacia hidrográfica, que hoje recebe um bilhão de litros de esgoto por dia.

Otacílio Rodrigues da Silva, Prefeito de Piquete e Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP) – que representa 44 municípios do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte –, se posicionou inicialmente contra a transposição, mas acredita que os estudos ainda são prematuros para que a entidade tome uma posição mais radical. “Creio que o governo estadual tem uma equipe de técnicos competentes que irá nos informar corretamente sobre os resultados desses estudos que estão em andamento. Só então vamos avaliar se a transposição é viável ou não para o desenvolvimento da região nas próximas décadas”, afirma. Silva disse que aguarda a realização das audiências públicas, prometidas pelo governo, que a seu ver serão esclarecedoras. O Prefeito entende que o assunto é delicado e que neste momento exige cautela por parte de todos os governantes municipais.

“A água é vida e essa causa é de todos, portanto vamos lutar”, conclama o Bispo de Volta Redonda e Barra do Pirai, Dom João Maria Messi, líder da Comissão Ambiental Sul, que teme que a ação onere não somente o Vale do Paraíba paulista, como também a região sul fluminense. “Já existe uma primeira transposição em Barra do Pirai e, na situação atual, uma nova transposição das águas que se concentrariam em Jacareí diminuiria muito a vazão de Resende ao Rio de Janeiro”, afirma. A Cúria Diocesana de Volta Redonda vem mobilizando a população das cidades que representa



Movimento em defesa da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul ganha força na região

por meio da Comissão Ambiental Sul. O grupo tem realizado reuniões com o Ministério Público, peritos na área de Ecologia e Meio Ambiente e divulga as informações através de palestras, atos públicos e artigos em jornais. Também elaborou um abaixo-assinado, que já foi encaminhado às autoridades competentes.

Para a deputada estadual do Rio de Janeiro Inês Pandeló, o movimento em defesa do rio Paraíba do Sul deve ultrapassar as fronteiras da

região sul fluminense. “Agora chegou o momento de sensibilizarmos também as pessoas que moram na Capital e na Baixada Fluminense”. Segundo ela, a população não tem consciência de que a água que hoje abastece a cidade e a Região Metropolitana é proveniente de águas transpostas do Rio Paraíba do Sul, e o que isso representa. A deputada pretende constituir uma Frente Parlamentar em seu Estado para tratar desta questão.

Cerca de 500 pessoas estiveram presentes no “Fórum Regional em Defesa da Bacia do Rio Paraíba do Sul”, que aconteceu em 30 de novembro na Câmara Municipal de São José dos Campos. Na ocasião, foi lançada oficialmente a campanha que está sendo divulgada pela internet, no site www.ovalenaobremao.org.br

Estados de São Paulo e Rio de Janeiro começam a se unir para discutir o problema da transposição de águas

Cobrança pelo uso da água

Experiência consolida-se na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul

Trecho do rio Paraíba do Sul em Barra do Piraí (RJ)

Até hoje muita gente acredita que a água é um bem infinito. Afinal, isso era ensinado nas escolas e não faz muito tempo. Questões como escassez de qualidade e quantidade de água reforçaram a criação de leis e instrumentos regulatórios para a preservação dos recursos hídricos. Um marco na gestão das águas no Brasil foi a promulgação da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esta lei definiu a cobrança como um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos e a Lei nº 9.984/2000 instituiu a Agência Nacional de Águas (ANA) e atribuiu-lhe a cobrança pelo uso da água de domínio da União.

Desde 2001 a ANA desenvolve ações para implantar a cobrança pelo uso da água, em conjunto com órgãos gestores estaduais e comitês de bacias. Hoje, a cobrança acontece nas bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Sul e Piracicaba, Capivari e Jundiá, cujas águas são de domínio federal.

A cobrança tem como objetivo estimular o uso racional da água e gerar recursos financeiros para investimentos na recuperação e preservação dos mananciais das bacias. Compete à ANA operacionalizar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos daqueles rios ou demais cursos d'água que atravessam mais de um Estado da federação.

Além das bacias hidrográficas de rios de domínio da União, a cobrança está efetivada em 12 bacias de domínio estadual, totalizando 2.484 usuários que pagam pelo uso da água e o valor total cobrado é de quase R\$ 70 milhões. Ainda na esfera estadual, 24 Estados e o Distrito Federal já aprovaram suas Leis sobre Política e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Todas as leis aprovadas incluíram a cobrança pelo uso dos recursos hídricos como instrumento de gestão.

Na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul o processo de implantação

da cobrança pelo uso da água teve seu início em março de 2003, após a consolidação de um grande pacto entre os poderes públicos, os setores usuários e as organizações civis representadas no âmbito do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), para a melhoria das condições relativas à quantidade e à qualidade das águas.

Foram necessários dois anos de discussão em torno dos mecanismos e valores a serem aplicados. O processo contou com o envolvimento de todos os setores representados no CEIVAP, além do apoio da ANA e dos demais organismos de recursos hídricos dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

BALANÇO DA COBRANÇA

De 2003 a 2009, a cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul arrecadou R\$ 49,9 milhões. Em 2009, a estimativa de arrecadação era de R\$ 11,8 milhões (valor nominal do boleto lançado), sendo: R\$ 7,8 milhões no Estado do Rio de Janeiro; R\$ 2,8 milhões em São Paulo e 1,2 milhão em Minas Gerais. Até 31/12/2009, a ANA arrecadou um total de R\$ 9,7 milhões, contabilizando: R\$ 5,8 milhões do Rio de Janeiro; R\$ 2,7 milhões de São Paulo e R\$ 1,2 milhão de Minas Gerais, considerando os pagamentos da receita nominal, juros e multas, pagamentos de exercícios anteriores, parcelamentos de débitos e outros (veja na tabela e gráfico as informações completas da arrecadação em cada Estado da bacia).

É importante ressaltar que a partir de setembro de 2009 a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sediada em Volta Redonda (RJ), voltou a efetuar os pagamentos mensais à ANA referentes à cobrança pelo uso da água. A empresa vinha depositando os valores da cobrança em juízo, desde 2003, por não concordar que esse recurso pudesse ser contingenciado. Com a edição da Lei 10.881/2004, o objetivo da ação da CSN foi atingido e a Justiça sentenciou extinto o processo.

Patrick Thadeu Thomas, Gerente de Cobrança da ANA, disse que en-

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS/SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS – GERÊNCIA E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

ATUALIZADO EM 7/1/2010

Cobrança pelo Uso da Água – Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

ARRECADAÇÃO POR ESTADO — EXERCÍCIO DE 2009

ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO	MINAS GERAIS (R\$)	RIO DE JANEIRO (R\$)	SÃO PAULO (R\$)	TOTAL (R\$)
Estimativa de Arrecadação - Valor Nominal do Boleto	1.261.481,61	7.819.129,41	2.812.671,82	11.893.282,84
ARRECADAÇÃO EFETIVA	MINAS GERAIS (R\$)	RIO DE JANEIRO (R\$)	SÃO PAULO (R\$)	TOTAL (R\$)
Receita Nominal	997.690,54	4.072.060,14	2.555.545,59	7.625.296,27
Pagamento de Juros e Multa	25.738,66	108.781,85	13.137,72	147.658,23
Pagamento de Exercícios Anteriores	32.792,96	88.774,52	24.041,63	145.609,11
Parcelamento de Débitos	219.716,20	1.486.469,93	116.772,06	1.822.958,19
Outras Deduções/Compensações/Restituições		25.983,96	2.374,90	28.358,86
Total Pago no Exercício (R\$)	1.275.938,36	5.782.070,40	2.711.871,90	9.769.880,66

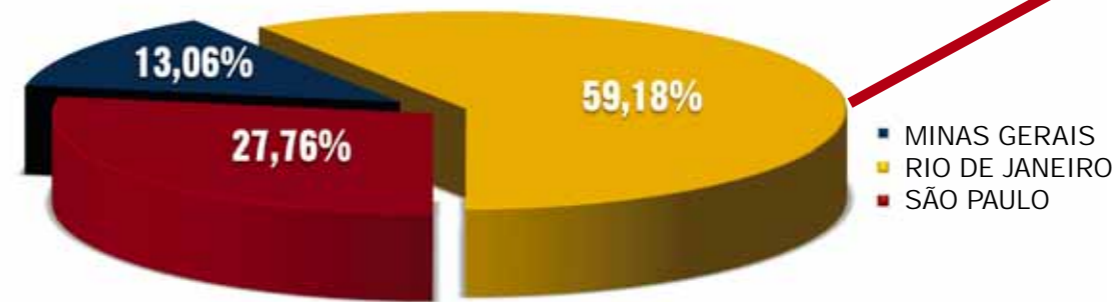
tre maio e dezembro de 2009 houve uma pequena redução no número de usuários inadimplentes e no montante total devido. “Esse número diminuiu de 31 para 30 e o total devido de R\$ 3,53 milhões para cerca de R\$ 3,44 milhões. Vale observar que neste período alguns usuários quitaram suas dívidas e outros se tornaram inadimplentes”. O índice anual de inadimplência de 2009 foi de 5,3% e 26 usuários foram encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União e já estão inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

Segundo relatório da ANA, dos 30 usuários inadimplentes 17 estão localizados no Estado do Rio de Janeiro, perfazendo um total de R\$ 3,32 milhões (acumulado desde 2003), correspondente a 97% da inadimplência na bacia. Entre esses usuários inadimplentes, destacam-se dois Serviços Autônomos de Águas e Esgotos (SAEs), com uma dívida

de R\$ 1,46 milhão, correspondente a 44% da inadimplência, e quatro usinas sucroalcooleiras, com débito consolidado de R\$ 1,74 milhão, correspondente a 52% da inadimplência dos usuários localizados no Estado do Rio de Janeiro.

A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NOS ESTADOS

Na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, em nível estadual, o Rio de Janeiro foi o primeiro a implantar a cobrança pelo uso da água por meio da Lei Estadual nº 3.239/99, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos. O Estado, aproveitando-se da discussão ocorrida anteriormente à implementação da cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul apenas em rios de domínio da União, estendeu a metodologia e os valores adotados naquela bacia para os rios de domínio do Estado, por meio da Lei nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, que regulamentou o instrumento de cobrança em rios estaduais. Entre



2004 e 2009 a cobrança pelo uso da água arrecadou, nos quatro comitês de bacias afluentes (Médio Paraíba, Rio Dois Rios, Piabanha e Baixo Paraíba), R\$ 5,2 milhões da totalidade de usuários contribuintes.

Minas Gerais foi o segundo a aprovar a cobrança, em 29 de janeiro de 1999. Neste Estado, a Lei nº 13.199 instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e estabeleceu que a cobrança possui como objetivo, entre outras finalidades, incentivar a racionalização do uso da água e obter recursos financeiros

para o financiamento de programas e intervenções incluídos nos Planos de Recursos Hídricos. Já em 13 de junho de 2005 aprovou o Decreto nº 44.046, que regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual. A partir de janeiro deste ano, mais de 2.500 usuários no Estado de Minas Gerais passaram a contribuir com o pagamento pelo uso da água. A cobrança terá início pelas bacias dos rios das Velhas, Araguari e Piracicaba/Jaguari.

São Paulo aprovou a cobrança em 29 de dezembro de 2005. Em-

bora a Lei Estadual nº 7.663/91, que estabeleceu a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, tenha sido pioneira e servido de inspiração para a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei da Cobrança (Lei nº 12.183/2005, que estabelece a cobrança pela utilização das águas superficiais e subterrâneas de domínio do Estado de São Paulo) demorou cerca de dez anos para ser aprovada. Desde que foi implantada em 2007, já foram arrecadados R\$ 8,7 milhões.



A Secretária de Estado do Ambiente e Presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), Marilene Ramos, participa da assinatura de acordo inédito celebrado entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro (CEDAE) para a gestão dos recursos hídricos. Governador Sérgio Cabral formalizou o acordo ao lado do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, do Presidente da CEDAE, Wagner Victer e do Presidente do INEA, Luiz Firmino (à esquerda)

domínio do Estado do Rio de Janeiro são recolhidos ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI) e separados em subcontas específicas: 90% são apropriados nas subcontas de cada Região Hidrográfica e 10% são apropriados em subconta do INEA para o seu custeio e investimentos em ações voltadas à conservação dos recursos hídricos.

“A maior parcela desses recursos é gerada na Região do Guandu, que é beneficiada pelo volume revertido das águas do Paraíba do Sul”, diz o Presidente do INEA. Como devem ser aplicados na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul 15% dos valores arrecadados na bacia do Guandu, há uma subconta específica para apropriação mensal desse recurso. “O valor acumulado desta subconta, em outubro de 2009, chegava a R\$ 580 mil. Somando ao que a CEDAE já pagou em novembro e dezembro, esse saldo saltou para R\$ 1,1 milhão no final de 2009”, lembra Pereira. O valor reservado para aplicação na bacia do Paraíba do Sul – que vinha se mantendo em torno de R\$ 150 mil anuais – passará para R\$ 2,2 milhões por ano, a partir de 2010.

Além disso, as sub-bacias do Paraíba do Sul em território fluminense – Médio Paraíba, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba – serão beneficiadas com o aumento de arrecadação decorrente da adesão da CEDAE ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, gerando mais recursos financeiros para a região.

CEDAE faz acordo para pagamento da cobrança pelo uso da água no Estado do Rio de Janeiro

Em dezembro de 2009, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) assinou um acordo inédito com a Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro (CEDAE) para a gestão dos recursos hídricos do Estado. A CEDAE é a maior usuária das águas transpostas do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu e, por impedimento na Lei, não estava pagando a cobrança pelo uso da água.

Para Marilene Ramos, Secretária de Estado do Ambiente e Presiden-

te do CEIVAP, a possibilidade desse acordo está relacionada também às mudanças promovidas na CEDAE que a transformaram, do ponto de vista administrativo, numa empresa com governança – tanto financeira quanto no relacionamento com os usuários. “A partir do novo conceito que deu origem à nova CEDAE, o Presidente Wagner Victer pôde assumir o compromisso pelo pagamento pelo uso da água sabendo que terá como honrá-lo”, afirma Marilene.

A cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado do Rio de

Janeiro foi iniciada em 2004 através da Lei 4.247/03. Este texto legal criou um impasse com o setor de saneamento ao não permitir o reequilíbrio econômico financeiro do novo custo relativo à cobrança pela utilização de recursos hídricos. Uma vez eliminada a dificuldade, com a aprovação da nova Lei 5.234/08, foi possível celebrar um acordo de parcelamento dos valores retroativos de cobrança para as companhias de saneamento básico usuárias de águas.

O Presidente do INEA, Luiz Firmino Martins Pereira, explicou que

o caso específico da CEDAE é mais complexo devido ao porte da empresa (atende a 65 dos 92 municípios do Estado) e de sua atuação no território estadual. Entre outros, foram necessários estudos de impacto sobre as contas dos consumidores finais, que não poderia ultrapassar 2% da fatura mensal de água e esgoto. Tais estudos demandaram esforços significativos das equipes técnicas do INEA e da CEDAE, que trabalharam de forma integrada para alcançar os objetivos comuns: o menor impacto sobre os consumidores finais e a adesão ple-

na da CEDAE ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Os termos do Acordo de Parcelamento nº 23/2009-INEA, de 13/10/2009, incluíram os valores de cobrança a partir de maio de 2008 até outubro de 2009, somando um montante de R\$ 36 milhões a ser pago em 60 parcelas. Além disso, a CEDAE pagará cerca de R\$ 25 milhões anuais, sendo dois terços deste valor gerados na Região Hidrográfica do Guandu.

Os recursos relativos à cobrança pela utilização de recursos hídricos de

CBH-PS: 15 anos de atuação e R\$ 30 milhões em investimentos



GISELA SANCHES/TEXTOARTE

Em 25 de novembro de 2009, o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) completou 15 anos de atividades. Para celebrar a data, um evento festivo reuniu no dia 4 de dezembro, em São José dos Campos, cerca de 300 convidados que lotaram o Salão de Festas do Clube de Campo Luso Brasileiro. A noite de gala foi marcada pela entrega do Troféu "Gota D'Água" a entidades e personalidades que se destacaram na construção dessa história de sucesso – instituído pela Deliberação Nº 8, de 23/11/2004, e pela primeira vez outorgado pelo colegiado.

Receberam o troféu o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), representado pelo Superintendente Ubirajara Tannury Felix, e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), representada pelo Superintendente



DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

Na comemoração dos 15 anos do CBH-PS, o Vice-Presidente Luiz Roberto Barretti deu as boas-vindas aos convidados, acompanhado da Secretária-Executiva Marli Aparecida Reis Maciel Leite, do Coordenador Edilson de Paula Andrade e de Ana Maria de Gouvêa, Mestre de Cerimônia (da esq p/ dir). Evento aconteceu no Clube de Campo Luso Brasileiro, em São José dos Campos, em noite festiva que reuniu cerca de 300 pessoas. Durante a cerimônia, a AGEVAP foi homenageada com uma Placa de Prata, sendo representada na ocasião pelo Coordenador de Gestão, Hendrik Lucchesi Mansur.

no Vale do Paraíba, Oto Elias Pinto. O prêmio também foi concedido a três importantes membros do CBH-PS que nesses 15 anos tiveram uma atuação de destaque em defesa da recuperação e conservação de nossas águas: Luiz de Gonzaga Santos, ex-Presidente do CBH-PS; Maria Judith Marcondes Salgado Schmidt, engenheira da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB); e Joaquim Rodrigues dos Santos, ex-Vice-Presidente do CBH-PS.

Na ocasião, o Comitê de Bacias também homenageou personalidades e entidades que o têm apoiado neste trabalho em prol da gestão dos recursos hídricos. Foram contemplados com uma placa de prata a Presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos, e a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), entre outros homenageados.

ATUAÇÃO REGIONAL

Quarto comitê a ser instalado no Estado de São Paulo, o CBH-PS é um órgão consultivo e deliberativo, com atuação em nível regional. Criado pela Lei Estadual 7.663/91, é formado por 72 representantes (36 titulares e 36 suplentes) dos três segmentos que o compõem: Estado, Prefeituras e Sociedade Civil. Além disso, também conta em sua estrutura organizacional com cinco Câmaras Técnicas: Assuntos Institucionais, Educação Ambiental e Mobilização Social, Estudos de Cobrança da Água, Planejamento e Saneamento.

Responsável pela implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, o Comitê tem como principais competências: aprovar o Plano de Bacias, os programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros em serviços e obras e a cobrança pelo uso da água de domínio estadual, definindo seus critérios e valores. O CBH-PS conta com duas fontes de recursos para aplicação: do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) –

obtidos por meio do pagamento de royalties do setor elétrico pelo uso dos recursos hídricos na produção de energia elétrica, pagos pela ANA ao Estado de São Paulo – e da cobrança pelo uso da água.

De acordo com a Secretária-Executiva do CBH-PS, Marli Aparecida Reis Maciel Leite, Diretora do Departamento de Águas e Energia Elétrica DAEE – Vale do Paraíba e Litoral Norte, nestes 15 anos de atividades já foram deliberados pelo Comitê a aplicação de mais de R\$ 30 milhões para investimento em ações de gestão e intervenção em toda a região, sendo R\$ 21,3 milhões provenientes do FEHIDRO. "Com relação aos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, iniciada em 2007, temos cadastrados 280 usuários contribuintes. Neste período, o colegiado já aprovou a priorização de 27 empreendimentos na bacia, que somam R\$ 8,7 milhões", informa Marli.

No Estado de São Paulo estão sujeitos à cobrança todos aqueles que utilizam os recursos hídricos su-

perficiais e subterrâneos de domínio estadual, classificados em usuários urbanos (públicos ou privados) e industriais. Os principais pagadores são os setores de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário) e indústria, ficando os demais usos isentos da cobrança até 2010 – como a agricultura, por exemplo. A lei também prevê a isenção para pequenos produtores rurais e outras condições de estímulo ao correto uso e conservação da água. A definição dos Preços Unitários Básicos (PUBs) para captação, consumo e lançamento de carga foi aprovada pelo CBH-PS em 2006 (Deliberação nº 5), documento que também traz toda a metodologia adotada para se chegar ao valor da cobrança estadual praticado na bacia hidrográfica, incluindo os coeficientes ponderadores que são levados em consideração para cada caso.

Para obter mais informações e conhecer melhor o trabalho do CBH-PS, acesse o site: www.comiteps.sp.gov.br/.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO PARAÍBA DO SUL (CBH-PS)



Área: 13.605 km² – População: 2 milhões

Abrangência: 39 municípios, região conhecida como Vale do Paraíba Paulista. Também estão incluídos no CBH-PS os municípios de Arujá e Guarulhos (região do Alto Tietê) – que têm parte de seus territórios inseridos na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Afluentes no Trecho Paulista:

- Jaguari (Santa Isabel, Guararema, São José dos Campos, Igaratá, Jacareí, Monteiro Lobato)
- Una (Taubaté, Pindamonhangaba)
- Buquira/Ferrão (São José dos Campos, Monteiro Lobato)
- Embaú/Piquete (Piquete, Cruzeiro, Cachoeira Paulista)
- Bocaina (Silveiras, Cachoeira Paulista)
- Pitangueiras/Itagaçaba (Silveiras, Areias, Cruzeiro)

AGEVAP: os desafios da gestão de águas



DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

Primeira Agência de Águas criada no Brasil, desde 2002 vem superando importantes obstáculos e hoje é possível dizer que se configura como uma experiência de sucesso pioneira no país

A AGEVAP tem a personalidade jurídica de uma Associação Civil de Direito Privado sem fins econômicos e os associados compõem sua Assembléia Geral. Em sua estrutura estão o Conselho de Administração (foto), cujos membros são indicados pela Assembléia Geral, o Conselho Fiscal e a Diretoria

A necessidade de garantir o desenvolvimento sustentável e regulamentar os usos múltiplos da água (abastecimento, geração de energia, irrigação, produção industrial, pesca, lazer, entre outros) fez com que o Brasil desenvolvesse um dos mais modernos sistemas de gestão de recursos hídricos do mundo. Foi a partir de 8 de janeiro de 1997 que o país passou a contar com a Lei nº 9.433 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, também conhecida como “Lei das Águas”, que criou o Sistema Nacio-

nal de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Com a implantação desse novo sistema toda a sociedade, e não apenas o Governo, passou a ser responsável por cuidar dos cursos d’água. Essa tarefa teve um grande avanço a partir da formação de Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos colegiados, com poder de decisão, que reúnem representantes de vários setores como Governo, Sociedade Civil Organizada e Usuários de Águas. O seu principal objetivo é assegurar o fornecimento de água de boa qualidade e em

quantidade suficiente para os diversos usos, da atual e futuras gerações.

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), instituído pelo Decreto Federal nº 1.842, de 22 de março de 1996, e instalado em 18 de dezembro de 1997 atende plenamente aos requisitos da nova lei. No entanto, a gestão integrada da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul não tem sido fácil e enfrenta inúmeros desafios institucionais, como: domialidade das águas, ou seja, tanto a União e os Estados de São Paulo,

Rio de Janeiro e Minas Gerais possuem legislação sobre as águas; definição e estruturação de entidade executiva de apoio ao Comitê de Bacia; diferentes ritmos de implementação dos instrumentos de gestão nos três Estados, principalmente a outorga e cobrança pelo uso das águas; diversidade de normas, procedimentos e critérios nos três Estados; e multiplicidade de organismos atuantes na bacia. A região enfrenta problemas ambientais críticos como o lançamento, com baixo índice de tratamento, de cerca de um bilhão de litros de esgotos domésticos por

dia, escassez de florestas, erosão e inundação.

Em 2002, por meio da Deliberação nº 12/02, o CEIVAP aprovou a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) como entidade executiva de apoio às suas deliberações, ou seja, para o exercício das funções de Agência de Bacia e para atuar como Secretaria Executiva do Comitê. A completa inexperiência do Brasil no assunto (comitê-agência ou comitê – entidade executiva delegatária de função de agência) à época de sua criação fez com que

a AGEVAP esbarrasse na falta de um arcabouço de leis que desse suporte à sua efetiva operacionalização como agência. Antes disto, o CEIVAP contava com o apoio de um Escritório Técnico suportado pela União, de sua Secretaria Executiva definida em seu Regimento e de muito voluntarismo.

Em 2003 deu-se início a cobrança pelo uso da água, mas foi só no ano seguinte, com a assinatura do Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas (ANA), que a AGEVAP pôde exercer adequadamente as funções de uma Agência

de Água, implantando os procedimentos administrativos próprios, adequando as experiências iniciais e assumindo as diretrizes e compromissos estabelecidos pelo CEIVAP e as responsabilidades constantes no Contrato de Gestão firmado com a ANA. O Contrato de Gestão garante o repasse dos recursos financeiros efetivamente arrecadados na bacia, em conformidade com um cronograma de desembolso mensal.

A AGEVAP foi a primeira Agência de Águas criada no Brasil. Desde 2002, ela vem superando desafios importantes e hoje é possível dizer que se configura como uma experiência de sucesso pioneira no país na gestão das águas. A partir de 2006, a Agência vivenciou uma nova etapa, fruto da gestão compartilhada e participativa dos recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul, o que foi determinante para o processo de reavaliação interna de sua estrutura organizacional e financeira e avaliação das dificuldades e entraves relacionados à sua natureza jurídica frente aos vários órgãos de controle externo. Foram executadas importantes ações para reafirmar o CEIVAP como instância decisória e de articulação política na bacia do rio Paraíba do Sul e o fortalecimento da AGEVAP como seu órgão executivo.

A GESTÃO POR BACIA OU PELA BACIA – DESCENTRALIZAÇÃO OU REGIONALIZAÇÃO?

“No Brasil o modelo de Agência de Bacia baseou-se na experiência francesa de comitê-agência, só que não conseguimos aplicá-lo em sua totalidade”, diz o Consultor João Jerônimo Monticeli, bastante experiente em gestão descentralizada de bacias e que foi Diretor da AGEVAP por breve período, em 2005/2006. “Servir de modelo não significa a simples transcrição, mas o entendimento de sua concepção e adequação às condições dos diversos países”, explica. Em sua opinião, em comparação com a cobrança pelo uso da água na França, o Brasil ainda está no estágio de fazer exercícios de cobrar, arrecadar, deliberar e investir. Porém, esse exer-

cício está demorando muito. “Atualmente, estamos iniciando um ciclo de desenvolvimento neste país e vamos precisar responder a ele, para poder melhorar nossa infra-estrutura”, alerta.

O Consultor afirma que órgãos Estaduais e Federais ainda exercem uma forte tutela, o que dificulta o processo de descentralização e de crescimento das agências. Para ele, há uma idéia de gestão por bacia, mas o ideal é a gestão pela bacia, evitando-se que o modelo de regionalização seja confundido com a descentralização. “Descentralizar é transferir o poder de decisão, é dar à bacia hidrográfica condições para a sua independência técnica, administrativa e financeira. Regionalizar é aceitar os Comitês de Bacia, mas manter os órgãos centrais, estaduais ou da União executando funções operativas na bacia, tutelando, centralizando os recursos da cobrança, interferindo em tudo”, diz.

No caso da AGEVAP existe uma sobreposição de sete instâncias de controle sobre a Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul: Procuradoria Jurídica da ANA; Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (ANA, Secretaria de Recursos Hídricos e Ministério do Meio Ambiente); Instância de Controle Interno do Ministério do Meio Ambiente; Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União; Ministério Público, além do próprio CEIVAP.

Monticeli explica que o modelo descentralizador tem quatro bases fundamentais (e todas elas lhe parecem estar sendo razoavelmente bem atendidas no Paraíba do Sul, para as águas de dominialidade da União): a conta bancária tem de ser movimentada pela direção da Agência de Bacias; o fluxo financeiro da cobrança tem de ser eficiente e o recurso que for arrecadado tem de ser repassado, em sua totalidade, à bacia que o gerou; a Agência tem de estar submetida às decisões únicas e exclusivas do Comitê de Bacias; e esse comitê tem de ser ágil, um espaço essencialmente político, mas não político-partidário ou de lutas corporativas e onde

prevaleça um discreto predomínio dos usuários.

Como segunda prioridade neste modelo, uma Agência deve bem definir a composição do seu Conselho de Administração, escolher eficazmente seus diretores e pessoal de cargos de confiança e conseguir assinar um razoável Contrato de Gestão com o órgão gestor, federal e estadual, que lhe assegure condições operacionais adequadas. “A figura jurídica da agência não é a coisa mais importante e sim o que ela faz, suas responsabilidades e qual a sua agilidade”, pondera Monticeli.

AGÊNCIA DE BACIA E SUA FIGURA JURÍDICA

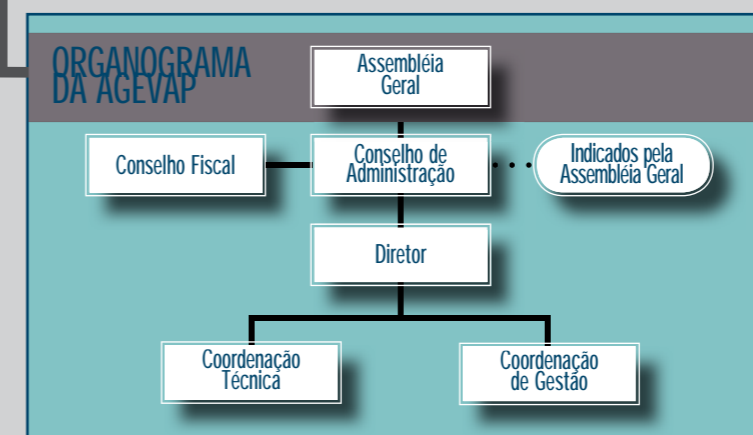
Atualmente, existem no Brasil três figuras jurídicas possíveis para uma Agência de Bacia: Associação Civil de Direito Privado (modelo adotado na Bacia do Rio Paraíba do Sul e nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, que já possuem a cobrança pelo uso das águas em funcionamento), Fundação Pública de Direito Privado e Consórcio Público de natureza autárquica – a primeira funcionando como entidade delegatária ou equiparada e as duas seguintes são consideradas figuras definitivas (veja quadro ao lado). “Quanto mais nos aproximamos do ‘público’, mais ficamos amarrados, é uma característica do nosso país. Uma Agência definitiva não precisaria ter nenhum desses modelos, poderia ser uma nova figura jurídica no direito administrativo brasileiro”, sugere Monticeli. Ele citou como bons exemplos o Sesi, Senai e Sesc, instituições que também recebem recursos públicos e conseguem administrar seus fluxos financeiros de forma autônoma, ágil e eficiente.

A AGEVAP tem a personalidade jurídica de uma Associação Civil de Direito Privado, sem fins econômicos, com número limitado de associados, que compõem sua Assembleia Geral. Em sua estrutura estão o Conselho de Administração, cujos membros são indicados pela Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Diretoria, esta formada por um Diretor e dois Coordenadores: Técnico e de Gestão.

AGÊNCIAS DE BACIAS – FIGURAS JURÍDICAS

Associação Civil de Direito Privado

A Associação Civil sem fins lucrativos é a forma mais flexível para a instituição de uma entidade no direito brasileiro. Regida pelo Código Civil, insere-se no princípio segundo o qual é permitida a fixação das suas próprias condições de funcionamento (Estatuto), que não estejam limitadas pela lei e estiverem em consonância com o ordenamento jurídico pátrio. Qualquer atividade lícita pode ser buscada por uma associação. Pode ser constituída por entes públicos, privados ou pelos dois.



Fundação Pública de Direito Privado

Figura jurídica das agências de bacia no Estado de São Paulo (Lei Estadual 10.020/1998) e para as agências de bacia no Projeto de Lei Federal 1.616/1999, em tramitação no Congresso Nacional. Instituída, necessariamente, pelo poder público estadual ou federal, aceita a participação dos municípios e da sociedade civil e assume a pessoa jurídica de direito privado.

Consórcio Público

Pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação (União, Estados e Municípios), constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos. Esta última pessoa jurídica não pode ser aceita para as agências (Lei Federal 11.107/2005 e Decreto Federal 6.017/2007).

Monticeli elenca vários pontos positivos para a gestão da Bacia do Rio Paraíba do Sul: conta bancária movimentada pela AGEVAP; possuir um Plano de Bacias que orienta a aplicação dos recursos; AGEVAP estar submissa unicamente ao CEIVAP; o Comitê ter experiência acumulada e só possuir uma Câmara Técnica; o Conselho de Administração da AGEVAP ter poucos membros; e o Comitê e o Conselho de Administração terem poderes sobre a composição da Diretoria da Agência. “A AGEVAP também tem seu fluxo financeiro funcionando, mas pode melhorar agilizando não só os repasses da cobrança, mas ajudando a facilitar a sua captação pelos tomadores dos recursos aprovados pelo CEIVAP e tendo independência para a contratação do agente técnico. Hoje, o que mais falta é aumentar a arrecadação da cobrança e melhorar a estrutura”, diz.

PERSPECTIVAS PARA A AGEVAP

Em 2007, a Agência contratou um estudo de Planejamento Institucional Estratégico e Estruturação Organizacional para aperfeiçoar sua organização interna. O estudo indicou problemas derivados de limitações orçamentárias (7,5% para custeio) e de pessoal que impedem o pleno funcionamento da AGEVAP e o atendimento às demandas do CEIVAP e de sua Câmara Técnica e Grupos de Trabalho.

Para o Consultor Monticeli, o índice de 7,5% para custeio das Agências foi mal interpretado. “Na época da elaboração da Lei foi combinado que se colocasse uma porcentagem sobre o produto da cobrança pelo uso das águas a ser destinado a subvencionar órgãos ligados ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos, entendendo-se Nacional como entidades centralizadas, da União. O 7,5% (ou 10% como vigora no Estado de São Paulo) era uma espécie de ‘pedágio’ para que os Estados e a União permitissem que o recurso da cobrança pelo uso da água fosse para a bacia hidrográfica e lá administrado com independência pelas agências”, explica Monticeli – que participou das

discussões do Projeto de Lei nacional e em alguns Estados. Segundo ele, não havia essa idéia de restringir 7,5% para custeio de Agência de Bacia, só que já se passou tanto tempo e agora ficou muito difícil mudar esta interpretação.

Monticeli diz que seus estudos e de outros colegas indicam que seriam necessários cerca de R\$ 20 a 30 milhões anuais para que a cobrança pelo uso das águas permita o funcionamento eficiente de uma Agência de Bacia, seja ela do Paraíba do Sul (PS), Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) ou em outra região. Isto significa entre R\$ 1,5 e R\$ 2,25 milhões para o orçamento de custeio de uma agência (7,5% do arrecadado). Atualmente, a AGEVAP tem um orçamento de R\$ 600 mil/ano para gastar com custeio. Ele considera que esse valor poderia ter sido estimado até para uma etapa inicial, mas que agora a AGEVAP precisaria de pelo menos duas vezes isto para custear, de forma eficaz, o atendimento ao CEIVAP e as perspectivas de ser a agência para os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

"A saída seria aumentar a arrecadação, revisar os valores da cobrança pelo uso da água (que nunca foram corrigidos desde sua implantação, em 2003) e fazer com que os gestores estaduais aceitem que o Sistema CEIVAP-AGEVAP, em parceria com os Comitês Estaduais, realizem a gestão em águas de domínios dos Estados", observa. Segundo ele, uma maior arrecadação e o país com estabilidade econômica e juros baixos possibilitará que o Sistema de Recursos Hídricos possa usar o produto da cobrança como garantia de financiamentos junto ao BNDES ou bancos internacionais. "Isto permitiria um salto de importância vital à AGEVAP, ganhos perceptíveis ao meio ambiente, geração de empregos, etc.", conclui.

CBH Médio Paraíba: um dos quatro Comitês de Bacias fluminenses que poderão escolher a AGEVAP para desempenhar as funções de Agência de Água Estadual

INEA poderá firmar contrato com AGEVAP

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA) poderá firmar contrato com entidades sem fins lucrativos que passarão a desempenhar as funções de Agências de Água Estaduais. A recente aprovação da Lei nº 5.639 concede essa permissão ao órgão, gestor e executor da Política Estadual de Recursos Hídricos. A Lei representa um avanço importante na implementação do Sistema de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro.

Através de um contrato de gestão entre o INEA e a entidade delegatária, com a interveniência dos Comitês de Bacia, será permitido custear uma estrutura mínima de apoio técnico e operacional a todos os comitês, além de agilizar a utilização de recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, sobretudo para planejamento e gestão. "Trata-se de uma mudança estrutural que, embora limitada por recursos financeiros, possibilitará um salto de qualidade na atuação dos Comitês de Bacia na gestão integrada dos recursos hídricos", informa Luiz Firmino Martins Pereira, Presidente do INEA.

De acordo com Firmino, o INEA está empenhado em envolver a AGEVAP como delegatária dos quatro comitês fluminenses da bacia do rio Paraíba do Sul (Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio-Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul), por acreditar que a gestão dessa bacia, responsável pelo abastecimento de mais de dois terços da população do Estado, seria fortalecida e mais integrada ao envolver águas federais e fluminenses. Do mesmo modo, o INEA apóia e incentiva a iniciativa do Comitê Guandu de qualificar a AGEVAP como sua delegatária, por ser hidraulicamente conectada à bacia do rio Paraíba do Sul.

"Acreditamos que a experiência quase exclusiva da AGEVAP, no cenário nacional, de exercer as funções de Agência de Água do CEIVAP é estratégica e de grande utilidade para o Estado do Rio de Janeiro neste momento. E esperamos que as experiências que se iniciarão ainda no primeiro semestre de 2010 permitam construir uma verdadeira parceria entre a AGEVAP e os comitês fluminenses em prol de toda a bacia", ressalta.



HENDRIK MANSUR/AGEVAP

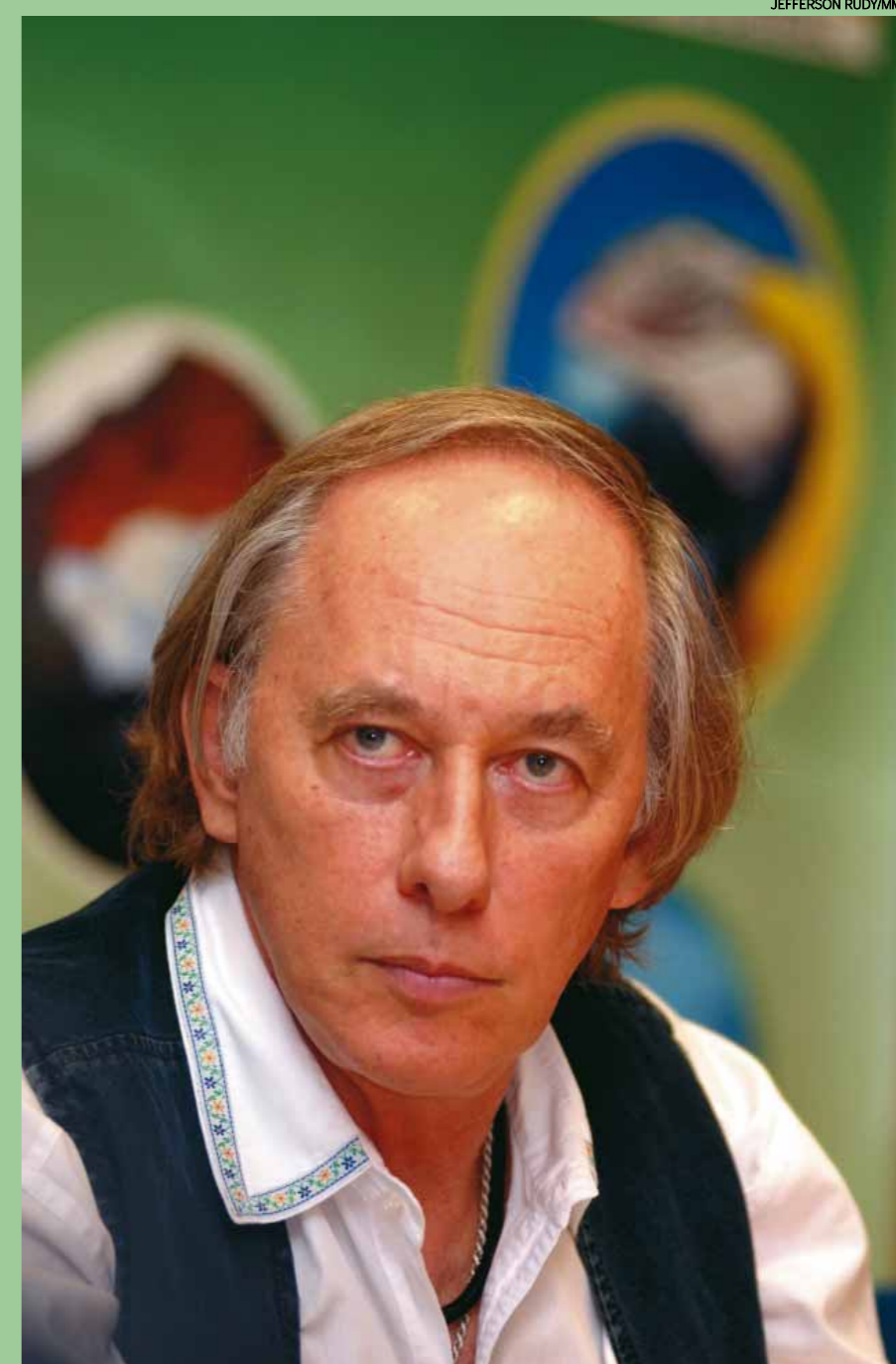
Desafio é educar para a conservação

"Todos têm de reconhecer que a água é um bem com valor econômico e que, se conservada, todo mundo se beneficia"

Economista, com mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Técnica de Lisboa (1978) e doutorado em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Paris I – Sorbonne (1984), Carlos Minc ocupa o cargo de Ministro de Estado do Meio Ambiente desde 27 de maio de 2008.

Fundador do Partido Verde (PV) e eleito pela primeira vez Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, em 1986, exerceu o mandato por seis vezes consecutivas – até ser nomeado, em 2007, Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro. Com 130 leis aprovadas, como parlamentar priorizou temas voltados à segurança pública, saúde no trabalho, ética na política e fiscalização do orçamento e da execução orçamentária, além de uma forte atuação na área de meio ambiente. Aliás, essa característica especial lhe rendeu, em 1989, o Prêmio Global 500 – concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU) aos que se destacam mundialmente nas lutas em defesa do meio ambiente.

Conhecedor da realidade ambiental da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, Carlos Minc fala nesta edição da Revista "Pelos Águas do Paraíba" sobre os programas desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente na área de gestão de recursos hídricos – com destaque para o Programa de Revitalização de Bacias e o Programa Produtor de Água. Veja nas páginas seguintes o conteúdo completo desta entrevista.



JEFFERSON RUDY/MMA

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem o Programa de Revitalização de Bacias, já implantado nas bacias hidrográficas dos Rios São Francisco, Alto Paraguai, Tocantins e Araguaia e Água Doce. Qual é o objetivo desse programa? E quais os desafios para a sua implantação na Bacia do Rio Paraíba do Sul? O uso múltiplo da água está associado diretamente à drenagem, à defesa contra enchentes e a várias outras atividades. Os comitês estão previstos na Lei das Águas e nós estamos promovendo e incentivando a criação deles, como o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e as Agências de Bacias.

É a partir daí que se promove de fato a revitalização dos rios, assegurando água potável e geração de energia, por exemplo. Sem água não tem agricultura, não tem eletricidade. Quem não tem água perto, precisa buscar longe, o que encarece o consumo humano para as atividades do dia-a-dia. Quem está perto de um rio, quem vive dele, tem o dever de cuidar de sua preservação. Isso inverte a situação que degradou nossas bacias. Elas eram usadas e exploradas sem os devidos cuidados ambientais. É isso que não pode mais acontecer, é esse o objetivo final, isto é, colocar o cidadão para preservar o que é seu em vez de poluir, de matar os rios. A água é um bem comum e com valor econômico inquestionável.

O maior desafio é o de educar para a conservação, é o de mudar a cabeça das pessoas, para que se mobilizem e salvem os rios. Os instrumentos estão aí, criados para reduzir os impactos das atividades humanas nos rios e no meio ambiente. Muita gente não respeitou as áreas de preservação permanente, o que destrói as nascentes e seca os mananciais.

O rio Paraíba do Sul já está num processo avançado de utilização dos instrumentos legais para sua preservação. Nos próximos anos, serão implementados projetos-modelo em quatro microbacias por

ano. Os Termos de Referência para a adoção de medidas devem sair até o final desse semestre.

A cobrança pelo uso da água arrecada anualmente cerca de R\$ 10 milhões para serem aplicados na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Porém, o recurso não é suficiente para atender todas as propostas, que acabam ficando em um banco de projetos. Há possibilidade de o MMA/SRHU

“ A água é um bem comum e com valor econômico inquestionável. O maior desafio é o de educar para a conservação, é o de mudar a cabeça das pessoas, para que se mobilizem e salvem os rios. Os instrumentos estão aí, criados para reduzir os impactos das atividades humanas no meio ambiente ”

criar condições para a liberação de recursos de programas do Governo Federal, priorizando os empreendimentos que já tenham sido avaliados e aprovados pelo CEIVAP? Em 2003, o Governo Federal incluiu o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas no Plano Plurianual, o PPA. Foram destinados recursos do Orçamento Geral da União da ordem de R\$ 1,2 milhão, ao ano, para serem aplicados no financiamento das Agências

e Comitês de Bacias. O Ministério do Meio Ambiente vem lutando para garantir a aplicação desses recursos para o que foi destinado, o que depende da área econômica do governo. Enquanto isso não acontece integralmente, aplicamos apenas R\$ 200 mil ao ano no Paraíba do Sul, o que é insuficiente para uma bacia dessa dimensão.

Reconhecemos a necessidade de se conseguir recursos fora da arrecadação proporcionada pela cobrança pelo uso da água, que ainda é pouco. O que tem sido feito, no momento, é se buscar apoio nos programas de vários ministérios, como o do Trabalho, de Cidades. Os programas de governo são, de certa forma, integrados ou complementares. Estamos buscando ações conjuntas entre órgãos federais, estaduais e municipais, por meio de consórcios e parcerias, com o objetivo de assegurar recursos de várias fontes para a revitalização. A Agência Nacional de Águas (ANA), vinculada ao MMA, vem investido em vários projetos no Paraíba do Sul, pelo Programa Nacional de Saneamento (Prodes). O MMA investiu, por meio da SRHU (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano), em 2007, na construção do Projeto Piloto do Rio Barra Mansa, que está em fase final de execução. São ações diretas, que trazem benefícios às populações da bacia. Por enquanto, a maior fonte de recursos é a cobrança pelo uso da água. Nada mais justo que parte desses recursos serem aplicados no pagamento por serviços ambientais.

O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é umas das principais ferramentas de planejamento ambiental no Brasil. Qual a importância desse planejamento se implantado na Bacia do Rio Paraíba do Sul e os desafios para sua implantação? O Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, com uma população de 800 mil pessoas, quase 15% do território fluminense, já tem sua ZEE. O zoneamento de toda a bacia, com ramificações nos Estados de São Paulo e Minas, está começando

do e representa um grande desafio. A região é densamente povoada, com atividades humanas consolidadas, vastas áreas ocupadas por atividades agropecuárias, indústrias e cidades. Adotar um instrumento capaz de compatibilizar essas atividades com a preservação, principalmente ao longo da Rodovia Rio-São Paulo, é urgente e necessário. O ZEE pode contribuir muito para o bem-estar das populações na bacia e para prevenir os impactos das mudanças climáticas na região. Além disso, serve também para orientar a adoção de medidas de preservação da biodiversidade remanescente, com a criação de unidades de conservação, inclusive privadas, como é o caso da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPNs). O MMA, em parceria com Estados, municípios e a população da bacia, tem à sua frente um imenso desafio. Não tenho dúvidas disso.

O Programa Produtor de Água é voltado para agricultores, Comitês de Bacias e prefeituras. Como funciona o programa e como ele se aplica na Bacia do Rio Paraíba do Sul? Quais os benefícios esperados pelo MMA? Esse programa é uma grande idéia. Preserva o meio ambiente e ajuda no sustento das famílias que vivem nas áreas mais próximas das margens dos rios. Tivemos uma primeira experiência muito boa no Rio Guandu, em Rio Claro. Estive lá no dia em que o governo estadual fez os primeiros pagamentos por serviços ambientais aos produtores de água. É muito bom quando a gente vê que as pessoas se engajam e passam a olhar para o rio de uma forma diferente. O rio é de todos. O desflorestamento das margens é uma das práticas que mais contribuem para a degradação dos nossos rios, levando ao assoreamento. O leito fica mais raso e as populações mais sensíveis ao efeito das enchentes. Reflorestando você protege o rio e melhora a qualidade de vida das pessoas. Os benefícios são imediatos para a revitalização das bacias e para as pessoas, que deixam de ver nos rios degradados

um depósito onde costumam descartar o que não serve mais para o uso. Essa proposta já foi feita pela Agência Nacional de Águas para a Bacia do Paraíba do Sul, mas ainda não obtivemos o resultado esperado. Houve resistências internas no comitê.

Os pagamentos por serviços ambientais aos produtores de água serão gradativamente expandidos a outras bacias e microbacias, mas dependem do interesse e da participação de cada comunidade. Ele

“ O Programa Produtor de Água é uma grande idéia: preserva o meio ambiente e ajuda no sustento das famílias que vivem nas áreas mais próximas das margens dos rios. Ele é de caráter voluntário, por isso requer um processo de mobilização das pessoas ”

é de caráter voluntário, por isso requer um processo de mobilização das pessoas, para que cobrem nos seus municípios a implantação do programa. É preciso criar o Comitê de Bacia, a Agência de Bacia e cobrar nas prefeituras, no governo do Estado, despertando o interesse no pagamento por serviços ambientais. Todos têm de reconhecer que a água é um bem com valor econômico e que, se conservada, todo mundo se beneficia. Água é vida, sem

ela não sobrevivemos. O programa só é viável a partir de um arranjo local, de uma parceria, que garanta o financiamento da atividade de recuperação e preservação dos mananciais. Sempre haverá resistências que precisam ser vencidas. As comunidades locais ainda investem pouco no pagamento por serviços ambientais. Mas quando o fazem, o resultado é visível. Um exemplo é a parceria entre a Secretaria do Ambiente, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), o Comitê da Bacia do Rio Guandu, a Prefeitura de Rio Claro e as ONGs The Nature Conservancy (TNC) e Instituto Terra de Preservação Ambiental, que vem garantindo a recuperação de áreas degradadas na bacia, responsável por 70% do abastecimento de água potável no Município do Rio de Janeiro. Lancei a idéia quando estava à frente da Secretaria do Ambiente do Rio, tornando viável a parceria. E não foi só para que se plantassem as um milhão de mudas previstas, mas também para que cada agricultor envolvido cuide das mudas plantadas por ele até que se tornem árvores. Se ele parar de cuidar, para de receber o pagamento por serviços ambientais, que foi instituído por lei pelo Governador Sérgio Cabral.

O exemplo no meu Estado serviu como um dos argumentos para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviar ao Congresso um projeto de lei que instituirá, em todo o país, o pagamento por serviços ambientais. Esperamos que os deputados e senadores se sensibilizem, aprovando a proposta do Executivo. Assim que isso acontecer, tenho certeza que novos recursos dos Estados, Municípios e Governo Federal devem engordar os que já são aplicados, e a iniciativa privada estará mais motivada a somar-se aos esforços do poder público. Não só os produtores de água, mas também as demais comunidades que estiverem trabalhando efetivamente pela preservação da natureza e pela recuperação de áreas degradadas podem ser beneficiadas com os recursos. É uma medida vigorosa, que deverá beneficiar todos os biomas.

Chuvas castigam região

Cidade histórica de São Luiz do Paraitinga (SP) ficou destruída pela enchente

Rio Paraitinga subiu cerca de dez metros, inundando o centro histórico da cidade

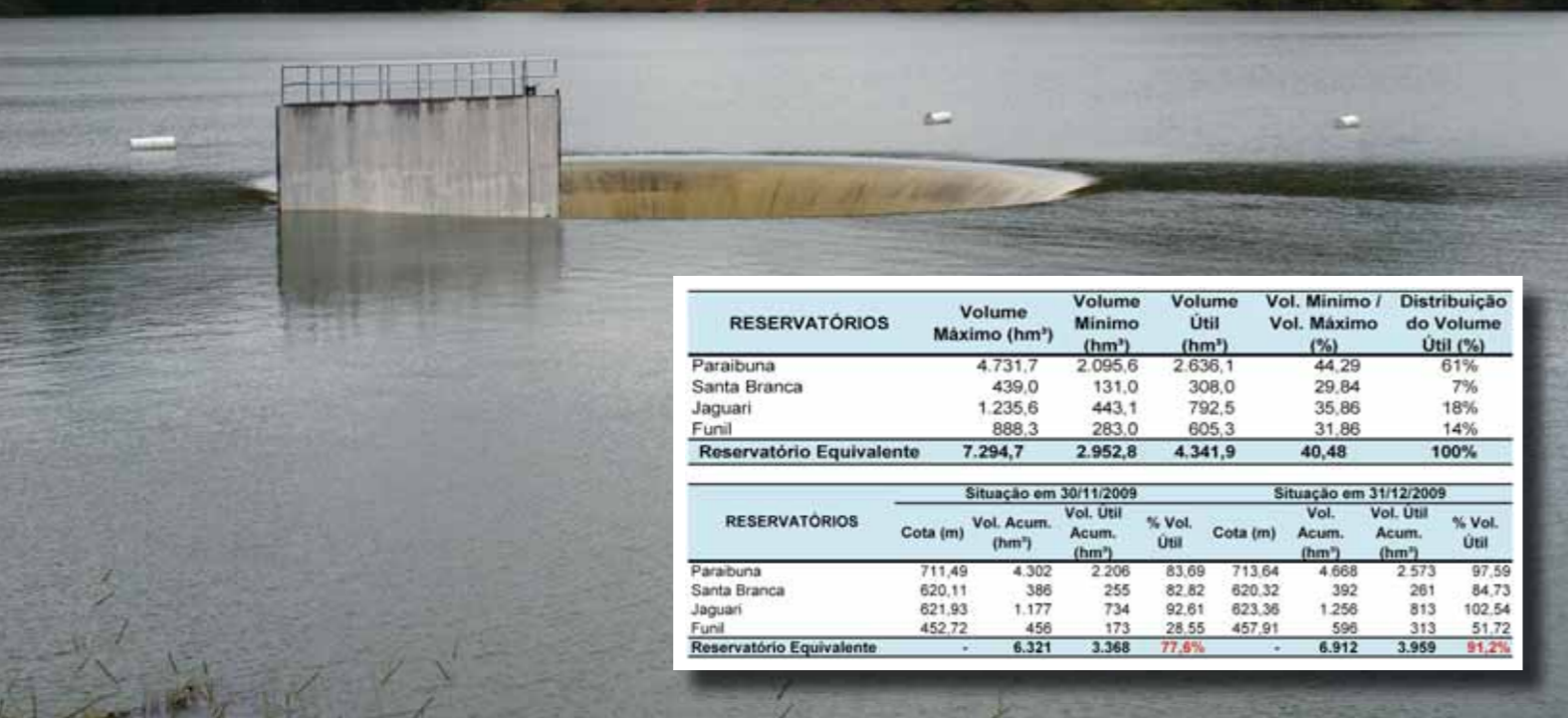
As chuvas que atingiram toda a bacia do rio Paraíba do Sul, em dezembro e janeiro, provocaram a morte de 11 pessoas e deixaram mais de oito mil desabrigadas e desalojadas. No trecho paulista, Cunha e São Luiz do Paraitinga decretaram estado de calamidade pública e Guaratinguetá, São José dos Campos e Caçapava, entre outras, contabilizam seus prejuízos. No Rio de Janeiro as cidades mais afetadas foram Paraíba do Sul, Volta Redonda, Barra do Pirai e Barra Mansa. Na Zona da Mata, em Minas Gerais, os prejuízos aconteceram, principalmente, em Juiz de Fora, Ervália e Piau.

São Luiz do Paraitinga (SP) ficou destruída por causa das cheias provocadas pelo córrego do Chapéu e rio Paraitinga – um dos formadores do Paraíba do Sul. Parte da cidade e todo o centro histórico ficaram embaixo d'água. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) aponta que 300 edificações foram afetadas pela enchente. Monumentos como a Igreja Matriz e a Capela das Mercês desabaram e o prédio da biblioteca ficou totalmente arruinado. Neste município, uma pessoa morreu soterrada.

Em Cunha, seis turistas de uma mesma família morreram soterrados e um morador foi levado pelas águas de um córrego. Com 1.407 quilômetros quadrados, o município é um dos maiores do Estado de São Paulo. As chuvas causaram o desabamento de 300 pontes na área rural e foram registrados mais de 600 deslizamentos de terra.

Após estes eventos críticos, o Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) criou um Grupo de Acompanhamento de Gestão de Enchentes, que orientará a elaboração de um Termo de Referência para a implantação de uma Rede Hidrométrica-Telemétrica e de um Sistema de Alerta na Bacia do Rio Paraíba do Sul. Por meio do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE), foram identificadas

O reservatório de Paraibuna/Paraitinga atingiu, no dia 31/1/2010, um volume útil de 105,09%. Desde o início do mês as águas estão vertendo naturalmente pela tulipa (no destaque), fato que ocorreu pela última vez em 1996 – quando atingiu a cota de 714,41 metros. Ainda no dia 31 de janeiro, os reservatórios de Santa Branca, Jaguari e Funil registraram um volume útil de 93,82%, 102,76% e 80,85%, respectivamente



RESERVATÓRIOS	Volume Máximo (hm³)	Volume Mínimo (hm³)	Volume Útil (hm³)	Vol. Mínimo / Vol. Máximo (%)	Distribuição do Volume Útil (%)
Paraibuna	4.731,7	2.095,6	2.636,1	44,29	61%
Santa Branca	439,0	131,0	308,0	29,84	7%
Jaguari	1.235,6	443,1	792,5	35,86	18%
Funil	888,3	283,0	605,3	31,86	14%
Reservatório Equivalente	7.294,7	2.952,8	4.341,9	40,48	100%

RESERVATÓRIOS	Situação em 30/11/2009				Situação em 31/12/2009			
	Cota (m)	Vol. Acum. (hm³)	Vol. Util Acum. (hm³)	% Vol. Util	Cota (m)	Vol. Acum. (hm³)	Vol. Util Acum. (hm³)	% Vol. Util
Paraibuna	711,49	4.302	2.206	83,69	713,64	4.668	2.573	97,59
Santa Branca	620,11	386	255	82,82	620,32	392	261	84,73
Jaguari	621,93	1.177	734	92,81	623,36	1.256	813	102,54
Funil	452,72	456	173	28,55	457,91	596	313	51,72
Reservatório Equivalente	-	6.321	3.368	77,6%	-	6.912	3.959	91,2%



DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

ARQUIVO/DAEE BPP

14 Plataformas de Coleta de Dados (PCDs) na região, cujas informações serão disponibilizadas à Defesa Civil Estadual. O CEIVAP está representado neste GT pelo Vice-Presidente, Breno Gurgel.

No Estado do Rio de Janeiro, a Defesa Civil vem acompanhando de perto o comportamento do rio Paraíba do Sul e as cidades que o margeiam. Petrópolis, na região Serrana, e Natividade, no Noroeste fluminense, decretaram situação de emergência. Já em Minas Gerais, vários bairros de Juiz de Fora foram invadidos pelas enxurradas, que deixaram as casas totalmente alagadas. Houve também destelhamentos e rompimento de redes de esgoto. Na noite de réveillon, o desmoronamento de um barranco atingiu metade de uma casa, matando três pessoas.

CEIVAP TEM GRUPO DE TRABALHO PARA ACOMPANHAR OPERAÇÃO HIDRÁULICA NA BACIA
Devido às chuvas, a maioria dos reservatórios da região tiveram um aumento do volume útil. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), muitos encontram-se, inclusive, próximos à sua capacidade máxima de

armazenamento, como é o caso dos reservatórios que compõem o Reservatório Equivalente do Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul (Paraibuna/Paraitinga, Santa Branca, Jaguari e Funil).

No mês de dezembro de 2009 houve um aumento de 13,6% do volume útil, que passou de 77,6%, no dia 30 de novembro de 2009, para 91,2% no dia 31 de dezembro do mesmo ano (veja quadro acima, com informações da ANA – Boletim de Monitoramento dos Reservatórios – V. 5 – N° 1 – Jan 2010). No momento, a bacia encontra-se em período de controle de cheias, havendo alocações de volume de espera nos reservatórios de Santa Branca e Funil. Em Paraibuna/Paraitinga, a represa também chegou ao limite máximo de armazenamento, tendo registrado no dia 31/01/2010 uma vazão natural afluente de 114 m³/s e volume útil de 105,09%, de acordo com dados do CPTEC/INPE (<http://energia1.cptec.inpe.br/bacias.shtml>).

No CEIVAP, o Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul (GTAOH) realizou, no dia 15 de dezembro de 2009,



DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

uma reunião para apresentar o “Plano Anual de Prevenção de Cheias – Ciclo 2009/2010”, e alertou para a influência do fenômeno El Niño no período chuvoso, que vai até abril.

O coordenador do Grupo Marcelo Roberto Rocha de Carvalho (foto acima), representante de Furnas, disse que os reservatórios da bacia estão com os níveis muito altos, bem

mais do que em outros anos da série histórica nessa mesma época do ano. Segundo ele, todos os reservatórios iriam encher completamente entre janeiro e fevereiro. A previsão do GT se concretizou, em janeiro, com os vertimentos em Paraibuna/Paraitinga e Jaguari.

Outro assunto muito debatido foi a questão das limitações do controle de cheias, principalmente nas cidades que estão mais distantes dos reservatórios. “O problema é que quando ocorrem chuvas nas bacias incrementais, isso fica incontrolável do ponto de vista de operações dos aproveitamentos hidrelétricos”, lembra o coordenador.

O grupo recomenda que as Defesas Cíveis dos municípios estejam atentas ao que está acontecendo em termos de operação hidráulica e adquiram uma postura pró-ativa para poder tomar suas ações preventivas, antes que os problemas possam acontecer. Os interessados podem buscar informações no Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Furnas, CESP e Light – que são justamente as entidades que operam os reservatórios 24 horas por dia e 7 dias por semana.

Foto aérea da área urbana de São Luiz do Paraitinga: ao centro, flagrante da destruição de casarões e da Igreja Matriz, construídos em taipa de pilão e o mais coeso conjunto paulista de edifícios do século 19

ARQUIVO/PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI (RJ)



Em Barra do Piraí (RJ), águas do rio Paraíba do Sul quase encobrem ponte da cidade

JOAQUIM GONDIM | Superintendente de Usos Múltiplos da ANA

Estudos para a prevenção de eventos críticos na Bacia do Rio Paraíba do Sul em fase de contratação

A bacia do rio Paraíba do Sul está localizada numa região intensamente ocupada e que concentra o segundo maior PIB (Produto Interno Bruto) do País. Historicamente, esta tem sido palco de ocorrência de uma série de desastres naturais e daqueles também causados por interferência humana. A Agência Nacional de Águas (ANA) vem acompanhando e atuando pontualmente, em sua esfera de competência, nos diversos acidentes ocorridos na região, sejam eles referentes a problemas de qualidade da água (acidentes com produtos perigosos, rompimento de barragens de rejeitos, etc.), sejam eles devidos a problemas de quantidade de água – excesso (enchentes) ou escassez (secas).

Devido a este quadro de reincidência de problemas na bacia, tem-se levantando a necessidade de se ter um efetivo Plano de Contingência para a região. Sendo assim, por iniciativa da Secretária de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, Marilene Ramos, foi agendada reunião, no dia 15 de janeiro de 2009, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), com o intuito de discutir a questão. A ANA esteve presente juntamente com outros órgãos, tais como CEIVAP, AGEVAP, CETESB/SP, DAEE/SP, IGAM/MG, FEAM/MG, SEA/RJ, INEA/RJ, IBA-MA/RJ, entre outros.

Dando continuidade, mais três reuniões foram realizadas. Ao final, ficou acordado que a ANA elaboraria um Termo de Referência (TDR) para realização de estudos na bacia do rio Paraíba do Sul, que contemplaria, não só o desenvolvimento de modelos para previsão de cheias e

de acidentes de poluição ambiental na bacia, como também, de estudos sobre intervenções estruturais destinadas à mitigação do efeito das cheias nas sub-bacias dos rios Muriaé e Pomba. Foi também solicitado pela Secretária que a ANA se responsabilizasse pela contratação dos referidos estudos.

Para subsidiar a elaboração do TDR, técnicos da ANA e dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais realizaram uma campanha de campo no Noroeste Fluminense, entre os dias 16 e 20 de março de 2009, visando a complementar as informações já existentes. Na campanha, foram visitados pontos críticos em 13 municípios da região.

Como resultado desse processo, foi elaborado o documento intitulado “Estudos para concepção de um sistema de previsão de eventos críticos (cheias e poluição ambiental) na bacia do rio Paraíba do Sul e de um sistema de intervenções estruturais para mitigação dos efeitos de cheias nas bacias dos rios Muriaé e Pomba e investigações de campo correlatas”, que trata da contratação de serviços de consultoria especializada para realização de estudos de modelagem no rio Paraíba do Sul e principais afluentes, além de estudos de concepção de um sistema de intervenções, visando a dar subsídios às ações de prevenção e mitigação de impactos causados por eventos críticos e poluição ambiental na região.

Dentre os produtos a serem elaborados, estão: (i) um sistema para simulação e previsão de eventos de cheia (incluindo modelos chuvavazão, para previsão de vazões e propagação no canal e planície de



DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

inundação), rompimento de barragens e propagação de poluentes, já que, na região, existem importantes indústrias e mineradoras, com instalações suscetíveis a acidentes (SISPREC); (ii) concepção de um sistema de intervenções estruturais destinados à mitigação do efeito das cheias nas sub-bacias dos rios Muriaé e Pomba (SIEMEC). Está prevista, também, a atualização e sistematização das atividades potencialmente poluidoras e dos pontos vulneráveis na bacia.

Tais estudos constituem o primeiro passo para a confecção de um Plano de Contingência para Eventos Críticos na Bacia do Rio Paraíba do Sul, a ser futuramente montado e operacionalizado para esta bacia, com a realização de outros estudos e programas.

ETE priorizada pelo CEIVAP é inaugurada

A Prefeitura de Volta Redonda (RJ) inaugurou, em dezembro do ano passado, a Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETE) “Silvino Streva”, construída com recursos da cobrança pelo uso da água. O empreendimento foi aprovado pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e custou cerca de R\$ 800 mil. A Estação vai possibilitar a eliminação dos pontos de lançamento de esgotos sem tratamento em área próxima à nascente do rio Brandão, principal afluente do rio Paraíba do Sul no município.

A ETE tem capacidade para atendimento de uma população de 7 mil habitantes na área urbana sul de Volta Redonda, que compreende os bairros: Parque das Garças, Roma 1, Roma 2 e Condado do Ipê. Segundo o Coordenador Técnico da Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), Flávio Simões, a estação vai contribuir para a redução dos gastos com a medicina curativa e melhorar a qualidade de vida da comunidade local.

O empreendimento é composto de sistema de gradeamento, desa-

renadores, estação elevatória, tanque reator e filtro. Utiliza o sistema anaeróbio, com vazão máxima de tratamento de 11 litros por segundo. “O atendimento da carga orgânica é de 40,4 kg DBO/dia e a população beneficiada, a jusante do ponto de lançamento do efluente até 30 km, é de 125 mil habitantes”, explica Simões.

A ETE recebeu o nome do engenheiro Silvino Streva, falecido em 2007. O homenageado presidiu o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda durante sete anos e também trabalhou na área técnica da AGEVAP.



Empreendimento: ETE – Parque das Garças
Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário “Silvino Streva”
Município: Volta Redonda (RJ)
Valor CEIVAP: R\$ 607.536,60
Valor Contrapartida – Prefeitura Municipal: R\$ 202.512,20

Atuação parlamentar na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul

Embora região seja composta por 184 municípios, sua representação nas Assembleias Legislativas dos Estados e na Câmara dos Deputados ainda é pequena. Ao todo, são 30 parlamentares, sendo 14 federais e 16 estaduais

Trecho da bacia do rio Paraíba do Sul no Estado do Rio de Janeiro

A região da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul abrange os três Estados mais ricos da federação: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Numa área de 55.500 km², abriga mais de cinco milhões de pessoas (sem contar os nove milhões de habitantes da Capital e Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que também dependem de suas águas), numa área densamente povoada, que enfrenta os problemas inerentes a esta condição.

Poluição, erosão, enchentes, escassez de florestas estão entre os principais eventos críticos. Mas, sem dúvida, o principal problema é o lançamento diário de um bilhão de litros de esgotos domésticos, praticamente sem tratamento. Levantamentos indicam que 82% das populações urbanas da região são atendidas com rede coletora de esgotos, mas apenas 17% contam com Estações de Tratamento.

As águas da bacia do rio Paraíba do Sul têm usos múltiplos como abastecimento, irrigação, geração de energia, diluição de esgotos e uso industrial, entre outros. Para recuperar esse importante manancial, o Plano de Bacias estima que seriam necessários investimentos no valor de R\$ 4,6 bilhões para serem aplicados no período 2007-2020.

Em dezembro do ano passado, Estados e União aprovaram seus orçamentos para o exercício de 2010. Os três Estados da Bacia juntos terão uma receita de quase R\$ 214 bilhões. São Paulo tem o maior orçamento, R\$ 125,5 bilhões; seguido do Rio de Janeiro, R\$ 47,3 bilhões; e Minas Gerais, R\$ 41,11 bilhões. O

orçamento da União foi aprovado em R\$ 1,86 trilhão. Desse valor, R\$ 151,9 bilhões serão para investimentos públicos e R\$ 29,9 bilhões para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Embora a bacia hidrográfica tenha 184 municípios e atenda a uma população com mais de 14 milhões de pessoas, sua representação nas Assembleias Legislativas dos Estados e na Câmara dos Deputados ainda é pequena. Ao todo, são 30 parlamentares, sendo 14 federais e 16 estaduais.

Em nível federal, dos 513 deputados, 70 são de São Paulo, 53 de Minas Gerais e 46 do Rio de Janeiro. No entanto, a representação dos valeparaibanos paulistas é de apenas três parlamentares, Minas Gerais cinco e Rio de Janeiro seis. Já nos Estados, a Assembleia Legislativa de São Paulo conta com 94 deputados, sendo quatro do Vale do Paraíba. Minas Gerais possui 77 deputados e três representantes da região conhecida como Zona da Mata. No Rio de Janeiro, são 70 parlamentares e 9 representantes da região que ocupa metade do Estado (veja nas páginas seguintes o quadro com a relação de parlamentares da bacia hidrográfica).

REGIÃO TEM 30 PARLAMENTARES

Dentro deste cenário de anúncios de orçamentos bilionários que se repetem a cada início de ano, cabe aos deputados federais e estaduais que representam a região, eleitos pela população, a missão de defender os interesses da bacia hidrográfica. Mais do que apontar soluções

para problemas que se arrastam há anos e propor novas leis, é preciso cobrar a aplicação dos recursos pelos governos.

A reportagem da Revista do CEIVAP entrou em contato com a assessoria dos 30 deputados para conhecer seus trabalhos, principalmente os ligados à região, realizados no período 2008/2009. O que se apurou é que nem todos os parlamentares estão envolvidos com questões relacionadas ao Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento. Muitos atuam em outras áreas também importantes, mas poucos informaram sobre projetos ou propostas de destinação de recursos financeiros para a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Os deputados estaduais do trecho paulista estão trabalhando em conjunto desde 2007, quando foi criada a Frente Parlamentar de Apoio aos Municípios do Vale do Paraíba, Mantiqueira e Litoral Norte. Atualmente, ela é formada pelos deputados Padre Afonso Lobato (PV), Hélio Nishimoto (PSDB) Mozart Russomano (PP) e Carlinhos Almeida (PT).

Compete ao grupo promover debates e audiências públicas com representantes dos municípios para a discussão das necessidades e carências da região. Juntos, os deputados buscam soluções para problemas em áreas prioritárias, como segurança pública, educação, saúde, entre outras. Neste momento, a Frente está atuando fortemente no movimento contra a transposição de águas do Rio Paraíba do Sul para a Macrometrópole Paulista (veja reportagem completa na página 6).

Durante o "Fórum Regional em

Defesa da Bacia do Rio Paraíba do Sul”, realizado em novembro do ano passado, a Frente estava presente. Padre Afonso Lobato, que preside o grupo, foi enfático ao dizer que antes de começar a discutir a transposição era necessário priorizar questões mais importantes, como a recuperação da bacia hidrográfica, que necessita de recursos na ordem de R\$ 3 bilhões.

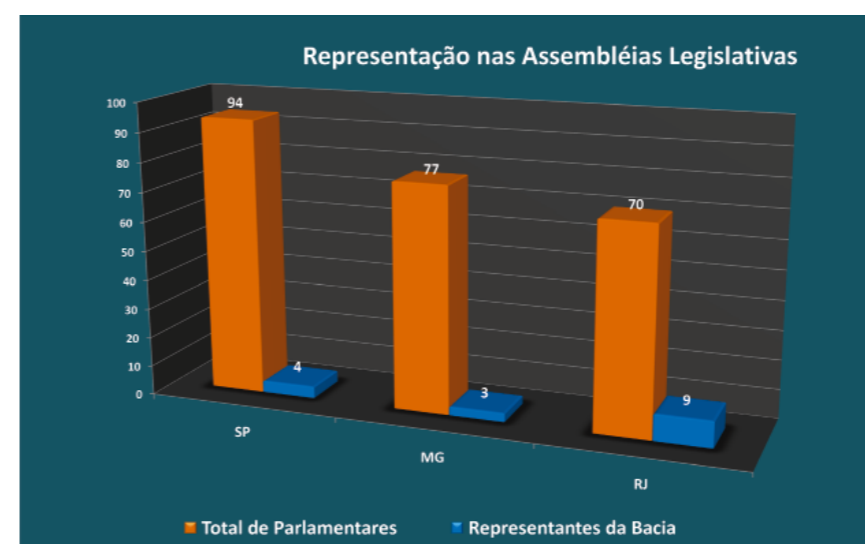
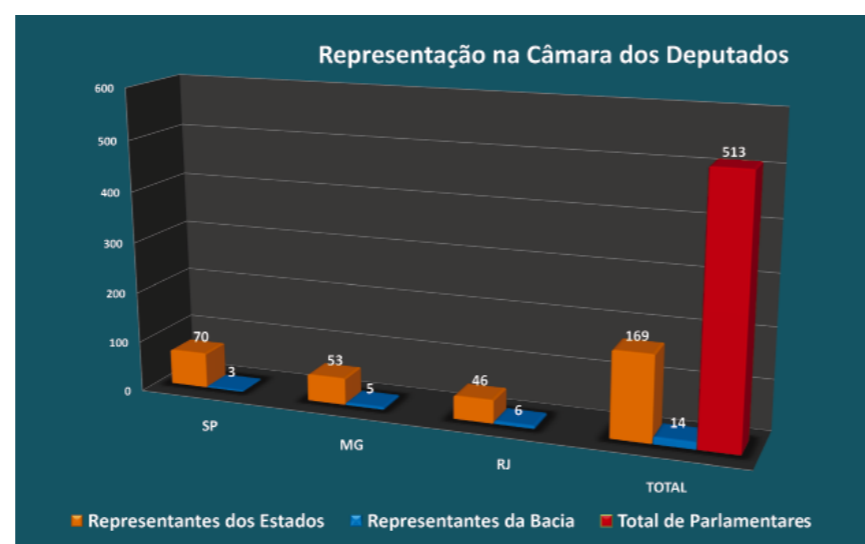
Lobato disse que a Frente Parlamentar convidou as Assembléias Legislativas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro a participar do movimento e espera que os três Estados se unam e estabeleçam esforços políticos e institucionais para tratar do assunto. “Já participamos, inclusive, de uma plenária em Volta Redonda, estreitando as articulações com o movimento organizado pela Comissão Ambiental Sul, da qual faz parte a Diocese de Volta Redonda e Barra do Piraí”, afirma.

No Rio de Janeiro, a deputada estadual Inês Pandeló (PT), que representa a região sul fluminense, também é uma defensora das causas ambientais. “A exemplo do Vale do Paraíba paulista, desde meu primeiro mandato venho tentando criar uma Frente Parlamentar em meu Estado, para defender os interesses da bacia”, lembra.

Inês é a autora da proposta que aprovou, em primeira discussão, o Projeto de Lei que proíbe a utilização, produção, distribuição e comercialização do pesticida Endossulfan no Estado. Em novembro de 2008, oito mil litros do pesticida vazaram para o rio Paraíba do Sul, provocando o maior acidente ambiental até então registrado na bacia hidrográfica. Em 2009, a deputada presidiu a Comissão Especial que acompanha a implantação do ICMS Ecológico – ou ICMS Verde – que poderá, futuramente, beneficiar a região. Ela também tem se manifestado contrária à proposta do Governo de São Paulo de transpor águas do rio Paraíba do Sul.

Na Assembléia Legislativa de Minas Gerais o representante da Zona da Mata, deputado Fábio Avelar (PSC), preside a Comissão de Meio

Parlamentares da Bacia do Rio Paraíba do Sul



DEPUTADOS FEDERAIS	PARTIDO	TELEFONE	FAX	E-MAIL	PROJETOS EMENDAS
Arnaldo França Vianna	PDT - RJ	(61) 3215-5824	(61) 3215-2824	dep.arnaldovianna@camara.gov.br	-
Benedito Roberto Alves Ferreira	PTB - SP	(61) 3215-5566	(61) 3215-2566	dep.robertoalves@camara.gov.br	-
Edmar Batista Moreira	PR - MG	(61) 3215-5606	(61) 3215-2606	dep.edmarmoreira@camara.gov.br	-
Emanuel Fernandes	PSDB - SP	(61) 3215-5268	(61) 3215-2268	dep.emanuelfernandes@camara.gov.br	*
Francisco Marcelo Ortiz Filho	PV - SP	(61) 3215-5931	(61) 3215-2931	dep.marceloortiz@camara.gov.br	*
Geraldo Roberto Siqueira de Souza	PMDB - RJ	(61) 3215-5517	(61) 3215-2517	dep.geraldopudim@camara.gov.br	*
Hugo Leal Melo da Silva	PSC - RJ	(61) 3215-5631	(61) 3215-2631	dep.hugoleal@camara.gov.br	-
Júlio Cesar Delgado	PSB - MG	(61) 3215-5323	(61) 3215-2323	dep.juliodelgado@camara.gov.br	*
Luiz Fernando Ramos Faria	PP - MG	(61) 3215-5339	(61) 3215-2339	dep.luizfernandofaria@camara.gov.br	-
Luiz Sergio Nobrega de Oliveira	PT - RJ	(61) 3215-5409	(61) 3215-2409	dep.luizsergio@camara.gov.br	-
Maria Aparecida Diogo Braga	PT - RJ	(61) 3215-5402	(61) 3215-2402	dep.cidadiogo@camara.gov.br	-
Mário Lúcio Heringer	PDT - MG	(61) 3215-5212	(61) 3215-2212	dep.marioheringer@camara.gov.br	-
Paulo Gabriel Godinho Delgado	PT - MG	(61) 3215-5307	(61) 3215-2307	dep.paulodelgado@camara.gov.br	-
Wanderley Alves de Oliveira	PSC - RJ	(61) 3215-5432	(61) 3215-2432	dep.deley@camara.gov.br	-

DEPUTADOS ESTADUAIS	PARTIDO	TELEFONE	FAX	E-MAIL	PROJETOS EMENDAS
Afonso Lobato	PV - SP	(11) 3886-6638/6662	(11) 3884-3711	padreafonso@al.sp.gov.br	*
Braulio José Tanus Braz	PTB - MG	(31) 2108-5240	(31) 2108-5235	dep.braulio.braz@almg.gov.br	-
Carlinhos Almeida	PT - SP	(11) 3886-6741/6759	(11) 3884-4423	carlinhos@carlinhos.org	*
Dr. Wilson Cabral	PSB - RJ	(21) 2588-1303	(21) 2588-1122	drwilsoncabral@alerj.rj.gov.br	-
Edson Albertassi	PMDB - RJ	(21) 2588-1312	(21) 2588-1111	edsonalbertassi@alerj.rj.gov.br	-
Hélio Nishimoto	PSDB - SP	(11) 3886-6038/6039	(11) 3886-6038/6039	helionishimoto@al.sp.gov.br	*
João Alves Peixoto	PSDC - RJ	(21) 2588-1354	(21) 2588-1599	joaopeixoto@alerj.rj.gov.br	-
José Nader Júnior	PTB - RJ	(21) 2588-1342	(21) 2588-1562	josenader@alerj.rj.gov.br	-
Lafayette Luiz Doorgal de Andrada	PSDB - MG	(31) 2108-5799	(31) 2108-5797	dep.lafayette.andrada@almg.gov.br	*
Leonardo Fernandes Moreira	PSDB - MG	(31) 2108-5180	(31) 2108-5176	dep.leonardo.moreira@almg.gov.br	-
Maria Inês Pandeló Cerqueira	PT - RJ	(21) 2588-1241	(21) 2588-1241	inespandelo@alerj.rj.gov.br	*
Mozart Russomanno	PP - SP	(11) 3886-6365/6366	(11) 3886-6365/6366	mrussomanno@al.sp.gov.br	*
Noel de Carvalho	PMDB - RJ	(21) 2588-1245	(21) 2588-1380	noeldecarvalho@alerj.rj.gov.br	-
Olney Botelho	PDT - RJ	(21) 2588-1452	(21) 2588-1452	olneybotelho@alerj.rj.gov.br	-
Rogério Cabral	PSB - RJ	(21) 2588-1237	(21) 2588-1632	rogeriocabral@alerj.rj.gov.br	-
Waldeth Brasiel	PL - RJ	(21) 2588-1314	(21) 2588-1605	waldethbrasiel@alerj.rj.gov.br	-

* Parlamentares que disponibilizaram informações à reportagem da Revista do CEIVAP

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Segundo seus assessores, dois projetos de sua autoria foram transformados em Lei, no ano de 2009. O primeiro criou a “Política Estadual de Incentivo à Construção de Microbarragens” nas regiões Norte e Nordeste do Estado, que visa diminuir as dificuldades encontradas pelos habitantes dessas regiões com relação à seca e à escassez de água. O segundo cria a “Política de Incentivo à Fitoterapia”. Também está em tramitação o Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas projetistas e de construção civil proverem os imóveis residenciais e comerciais de dispositivo para captação de água da chuva.

O Deputado Federal Emanuel Fernandes (PSDB), que representa o trecho paulista da bacia, está acompanhando de perto a questão da transposição de águas para São Paulo desde junho de 2009. De acordo com a assessoria de Fernandes, ele também está empenhado junto ao Governo de São Paulo na obtenção de recursos para projetos do setor de saneamento, com investimentos na ordem de R\$ 400 milhões, previstos para 2010. Já o Deputado Federal paulista Marcelo Ortiz (PV) tem buscado reforços em Brasília, com a liderança do partido, para reunir elementos necessários à discussão não só jurídica como técnica do tema transposição de águas. No final do ano passado, o deputado apresentou emendas ao Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 12,5 milhões, para as áreas de infra-estrutura, saneamento, desenvolvimento urbano e agropecuário e divulgação do turismo para os municípios do Vale do Paraíba.

O Deputado Federal Geraldo Pudim (PR/RJ) disse, por meio de sua assessoria, que na área ambiental apresentou o Projeto de Lei que dispõe sobre o registro de máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de desmatamento e carregamento de madeira. Já o Deputado Estadual Lafayette de Andrada (PSDB/MG) informou que não tem projetos na área de Meio Ambiente.

Rio Paraíba é também uma opção de lazer

Ainda são poucos os municípios que aproveitam o potencial do Rio Paraíba do Sul para a prática de esportes náuticos e atividades de lazer, mas esta realidade vai mudando aos poucos graças ao incentivo do poder público, empresas e outras entidades envolvidas na revitalização e preservação da bacia, por meio de ações permanentes. As férias de verão são uma ótima oportunidade para conhecer melhor a região e aproveitar tudo de bom que o turismo ecológico tem a oferecer.

A cidade de Paraibuna, no Vale do Paraíba Paulista, é pioneira na realização de atividades que visam valorizar o rio Paraíba do Sul. Em novembro último foi realizada a XVII edição da "Piabóia", que reuniu mais de 800 participantes, entre moradores e turistas. O evento aconteceu no último domingo de novembro e é tão tradicional que atrai pessoas da Grande São Paulo e até de outros Estados.

Descer o rio de bóia é diversão garantida para a família inteira. Além dos coletes, que são obrigatórios durante a travessia, este ano pela primeira vez a prefeitura contratou uma empresa especializada em segurança náutica para cuidar de todos os detalhes do evento, inclusive autorização da Capitania dos Portos. A largada aconteceu no pesqueiro Mandizeiro e os aventureiros levaram em média quatro horas para concluir o percurso de oito quilômetros pelo rio Paraíba do Sul, até a chegada na Av. Beira Rio.

Paraibuna (SP) e Volta Redonda (RJ) investem em atividades nesta área



Descer de bóia o rio Paraíba do Sul é diversão garantida para a família inteira: são 8 km, passando por 5 corredeiras

A “piabóia” também tem um caráter de educação ambiental. Antes de todas as edições os participantes e voluntários se organizam em grupos para fazer a limpeza das margens do rio, o plantio de mudas e a soltura de peixes doados pela CESP (produzidos na Estação de Hidrobiologia e Aquicultura de Paraibuna). Como incentivo, as equipes vencedoras recebem prêmios patrocinados por entidades parceiras.

E as aventuras não param por aqui. No mês de dezembro, por exemplo, foi promovida a 1ª edição do Encontro de Remo de Paraibuna, na Marina Tamoios – Bairro do Macaco, que recebeu 40 competidores. Os atletas representaram os clubes do CPUSP, Corinthians, Pinheiros e Bandeirantes – todos de São Paulo. De acordo com Pedro Campanerut, organizador do evento e diretor da Pangea Tur, empresa de turismo esportivo, o 1º Encontro de Remo foi muito importante, uma vez que divulgou as belezas naturais do município, especialmente da Represa de Paraibuna. “Nós gostamos muito de ter realizado o evento aqui, pois Paraibuna tem um grande potencial para o desenvolvimento turístico e pode sediar não apenas competições de remo, mas de outras modalidades náuticas como canoagem, vela, canoa havaiana, jet ski, entre outras”, diz.

Os coordenadores e técnicos dos clubes gostaram tanto da estrutura do local que existe uma grande chance de a cidade receber uma etapa do Campeonato Paulista de Remo no ano que vem. “Agora a cidade já se prepara para a 10ª Regata de Barco a Vela, que será realizada em março e deve atrair inclusive a atenção de equipes profissionais que estão sondando a nossa raia para a modalidade, que é uma das maiores do Estado de São Paulo”, afirmou o Secretário de Esportes, Turismo e Lazer, Lauro Eduardo Prado Gonçalves.

UM MAR DE ÁGUAS LÍMPIDAS

A palavra Paraibuna, de origem indígena e que significa “Rio de Águas

Escuras”, contraria o que representa a beleza da represa que hoje é um marco na paisagem da cidade, com seu imenso lago de águas azuis e límpidas, formados pelos rios Paraibuna e Paraitinga. Com 760 kms de extensão e 100 metros de profundidade, circunda 204 ilhas e possui um complexo com enseadinhas, pequenas praias, trechos rasos e profundos junto às encostas dos morros e belas casas de veraneio que complementam esse cenário.

Tanta exuberância chamou a atenção dos empreendedores e hoje Paraibuna tem cerca de 20 pousadas para atender os turistas que passam pela cidade. Uma delas tem um diferencial – oferece passeio de catamarã com duração de duas horas todos os domingos ao custo de R\$ 20,00 para visitantes, já que os hóspedes são isentos da taxa. A embarcação tem capacidade para 35 pessoas sentadas, com toda a segurança necessária. Durante a travessia, as pessoas podem contemplar a beleza da paisagem e ainda mergulhar em uma área mais rasa, entre 40 a 50 metros de profundidade.

Quem se hospeda na pousada pode também usufruir do pier da marina e participar de pesca esportiva, que consiste em devolver os peixes para a água depois de fisgá-los. De acordo com o gerente geral Luiz Carlos Silvério Barbosa, a prática tem atraído cada vez mais adeptos. “Dos 60 clientes que guardam suas embarcações na marina, metade pratica pesca. Aqui na represa é possível encontrar variedades de peixes, como traíra, tilápia, tucunaré, lambari e surubim”, explicou.

PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA DO BRASIL

Do lado fluminense Volta Redonda se prepara para inaugurar, ainda no 1º semestre de 2010, a Escola Municipal de Remo (EMR). O objetivo do projeto, que está sendo desenvolvido pela Coordenadoria da Defesa Civil de Volta Redonda, é revitalizar o Rio Paraíba do Sul e incentivar a prática de um esporte náutico ainda muito elitizado. Para se ter uma idéia, uma embarcação



Projeto da EMR: vista da plataforma



FOTOS: ARQUIVO/DEFESA CIVIL - PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA (RJ)

de aprendizado custa cerca de R\$ 6 mil no mercado.

De acordo com a prefeitura, o investimento total no projeto será de R\$ 450 mil com recursos municipais. A empresa vencedora da licitação deve começar em janeiro a construção do deck flutuante de 15 metros de comprimento e 3 metros de largura, feito com material reciclável e que ficará no rio. A estrutura da escola vai funcionar em dois espaços – as aulas práticas vão ocorrer na

Praça 12 de Outubro, no Bairro do Aterrado, às margens do Paraíba. Neste local será construída uma garagem para 40 embarcações e vestiários masculino e feminino. Já para as aulas teóricas será utilizado o auditório da sede da Defesa Civil.

As 13 embarcações para aprendizado, tipos canoa individual e canoa duplo – um barco motorizado que servirá como base para o técnico passar as instruções e também como instrumento de segurança

para um eventual resgate de apoio –, já estão prontos para uso (foto acima). Oito agentes da Defesa Civil também já realizaram curso de condução de embarcações públicas na Marinha e já estão habilitados para lecionar. E como não existe Polícia Ambiental em Volta Redonda, as 13 embarcações adquiridas pela prefeitura irão reforçar o trabalho dos 17 agentes da Defesa Civil que trabalham na fiscalização de ocupações irregulares, pesca ilegal, desmata-

Local onde está sendo instalada a Escola Municipal de Remo (EMR), no bairro Aterrado em Volta Redonda (RJ), às margens do Rio Paraíba do Sul

mento e assoreamento às margens do Rio Paraíba do Sul.

Com o intuito de envolver a população no projeto desde o início, o município realizou uma eleição no portal da prefeitura para a escolha dos desenhos que melhor representariam o mascote “Remito”, que teve mais de 170 mil participações de internautas. A figura do personagem que venceu foi impressa em todas as embarcações e estará presente em todo o material de comunicação. Todos os barcos foram apelidados com os nomes dos bairros por onde passa o rio Paraíba na cidade.

“Volta Redonda terá a primeira escola pública de remo do Brasil 100% gratuita. Nós pesquisamos e conseguimos achar projetos semelhantes, em que os municípios custeiam parte das despesas. Inicialmente a escola vai abrir 100 vagas para cem alunos entre 12 e 16 anos remanescentes da Escola Municipal de Natação, que funciona nas piscinas do Parque Aquático. Mas nossa idéia é inserir também a terceira idade e portadores de deficiências físicas, promovendo a inclusão destas pessoas no esporte”, ressaltou o Coordenador da Defesa Civil, Major PM Rodrigo Ibiapina Chiaradia.

A coordenação da escola ficará a cargo do professor de educação física Paulo de Paula, que é campeão carioca e brasileiro de remo pelo Clube de Regatas Vasco da Gama e também vice-campeão Sul Americano pela Seleção Brasileira de Remo. O tempo de formação será de 4 a 6 meses, quando os alunos estarão aptos a remar sozinhos. Além de técnicas, estarão inseridas na grade curricular da escola temáticas sobre a preservação do meio ambiente e prevenção de acidentes na água. Rodrigo Ibiapina acredita que no prazo de um ano esses novos talentos já estarão aptos a disputar campeonatos estaduais de escolinhas de remo.

Câmara Técnica e GTs subsidiam ações do CEIVAP



Plano de Recursos Hídricos, cobrança pelo uso da água, plano de aplicação de recursos, integração das ações nos três Estados da bacia, operação hidráulica, transposição de águas, Contrato de Gestão entre a Agência Nacional de Águas e a Agência da Bacia são alguns dos inúmeros temas que constam da extensa pauta do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP).

A diversidade e a complexidade desses temas tornaram necessária, além da instalação de uma Câmara Técnica Consultiva, também a criação de Grupos de Trabalho, temporários ou permanentes, para tratar de assuntos específicos, atuando em conjunto com a Câmara Técnica, e de forma complementar, com a finalidade de melhor subsidiar os trabalhos do Comitê.

Hoje há, instalados e em atividade, três Grupos de Trabalho, criados em caráter permanente: de Acompanhamento da Operação Hidráulica

na Bacia do Rio Paraíba do Sul (GTAOH), de Articulação Institucional (GTAI) e de Acompanhamento do Contrato de Gestão entre a AGEVAP e a ANA (GACG). E ainda o Grupo de Trabalho Macrófitas, recém-criado no âmbito da Câmara Técnica, para atuar temporariamente.

CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA – CTC

A extensa pauta do Comitê, em 2009, exigiu muito trabalho da Câmara, que realizou o total de dez reuniões no ano, sob a coordenação de Zeila Piotto, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e tendo como relatora Moema Versiani, representante do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA).

Entre os principais trabalhos realizados pela CTC, a coordenadora citou a revisão do Manual de Aplicação de recursos do CEIVAP, que estabelece normas e diretrizes para o tomador de recursos da cobrança pelo uso da água, destacando as recomendações da CTC quanto

Câmara Técnica Consultiva promoveu, em 2009, um total de dez reuniões: entre os principais trabalhos realizados, destaque para a revisão do Manual de Aplicação de recursos do CEIVAP

aos critérios mínimos para a apresentação de projetos de ações de gestão.

Outras ações relevantes da CTC foram a análise e complementação do plano de trabalho para o estudo relativo ao aperfeiçoamento da metodologia de cobrança pelo uso da água; revisão da deliberação sobre custeio de despesas dos membros do CEIVAP; e análise do orçamento para 2010 da AGEVAP.

Para a retomada dos trabalhos em 2010, a CTC já tem uma pauta de grande interesse e importância: a análise da hierarquização dos projetos habilitados para receber os recursos da cobrança arrecadados em 2009; acompanhamento do plano de trabalho associado à revisão da metodologia de cobrança pelo

uso da água; a consolidação do Manual de Aplicação de Recursos; e a revisão dos critérios de hierarquização de projetos para aplicação de recursos.

GRUPO DE TRABALHO MACRÓFITAS

Criado em 2009, no âmbito da Câmara Técnica Consultiva – a qual deverá coordenar a formação e os futuros trabalhos –, o grupo pretende desenvolver estudos sobre macrófitas, planta aquática cuja proliferação, principalmente no trecho paulista da bacia, vem acarretando sérios problemas.

A representante da Faculdade de Engenharia de Lorena (USP/SP), Teresa Cristina de Paiva Brazil, foi indicada por seus pares para ser a coordenadora do GT Macrófitas, que deverá preparar um Termo de Referência para contratação de ações de remoção e combate à vegetação. No ano passado, a coordenadora fez o levantamento dos estudos existentes sobre as plantas, elaborados pela ANA, e coletou informações sobre o trabalho realizado pelo Comitê Paulista (CBH-PS) e pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), para subsidiar o GT na elaboração do Termo de Referência.

GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO HIDRÁULICA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL – GTA OH

Na última reunião de 2009, realizada dia 15 de dezembro na sede da AGEVAP, em Resende (RJ), o GTA OH analisou os efeitos da cheia de 2009 sobre os municípios fluminenses de Barra Mansa e Volta Redonda e acompanhou a apresentação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) sobre o Plano Anual de Prevenção e Controle de Cheias para 2009/2010 e a ocupação da borda do reservatório de Santa Branca,

em São Paulo. Fazendo um balanço dos três anos de atuação do GTA OH, o coordenador Marcelo de Carvalho lembra que o Grupo foi criado, emergencialmente, para atuar no auge de uma crise provocada pela forte estiagem de 2003. Depois de formalizado através de Deliberação do CEIVAP, em 2005, hoje o GTA OH atua preventivamente para evitar ou minimizar crises. “Com a atuação deste Grupo de Trabalho, é possível prever a ocorrência de eventos críticos, com antecedência suficiente para evitá-los ou minimizá-los”, conclui o coordenador.

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO ANA-AGEVAP – GACG

O GACG foi instituído pela Deliberação CEIVAP nº 95/2008 e é formado por três membros do Comitê, sendo um representante de cada Estado da Bacia, indicado por seus pares. Atualmente, o Grupo tem a seguinte composição: Rosa Formiga, representante do Instituto Estadual do Ambiente – INEA/RJ; Zeila Piotto, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP/SP; e Paulo Valverde, representante da Companhia de Saneamento e Meio Ambiente de Juiz de Fora – CESAMA/MG.

Cabe ao GACG acompanhar a diretoria da AGEVAP na execução do Contrato de Gestão, quanto aos aspectos técnicos e operacionais, e em reuniões com a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão da ANA. É atribuição do grupo, também, analisar a documentação relativa ao cumprimento do contrato, a ser enviada à ANA pela diretoria da AGEVAP, e recomendar à diretoria do CEIVAP alterações e ajustes que se façam necessários em seus termos.

O GACG realizou três reuniões em 2009, ao longo das quais foram negociadas modificações de alguns indicadores do Contrato de Ges-

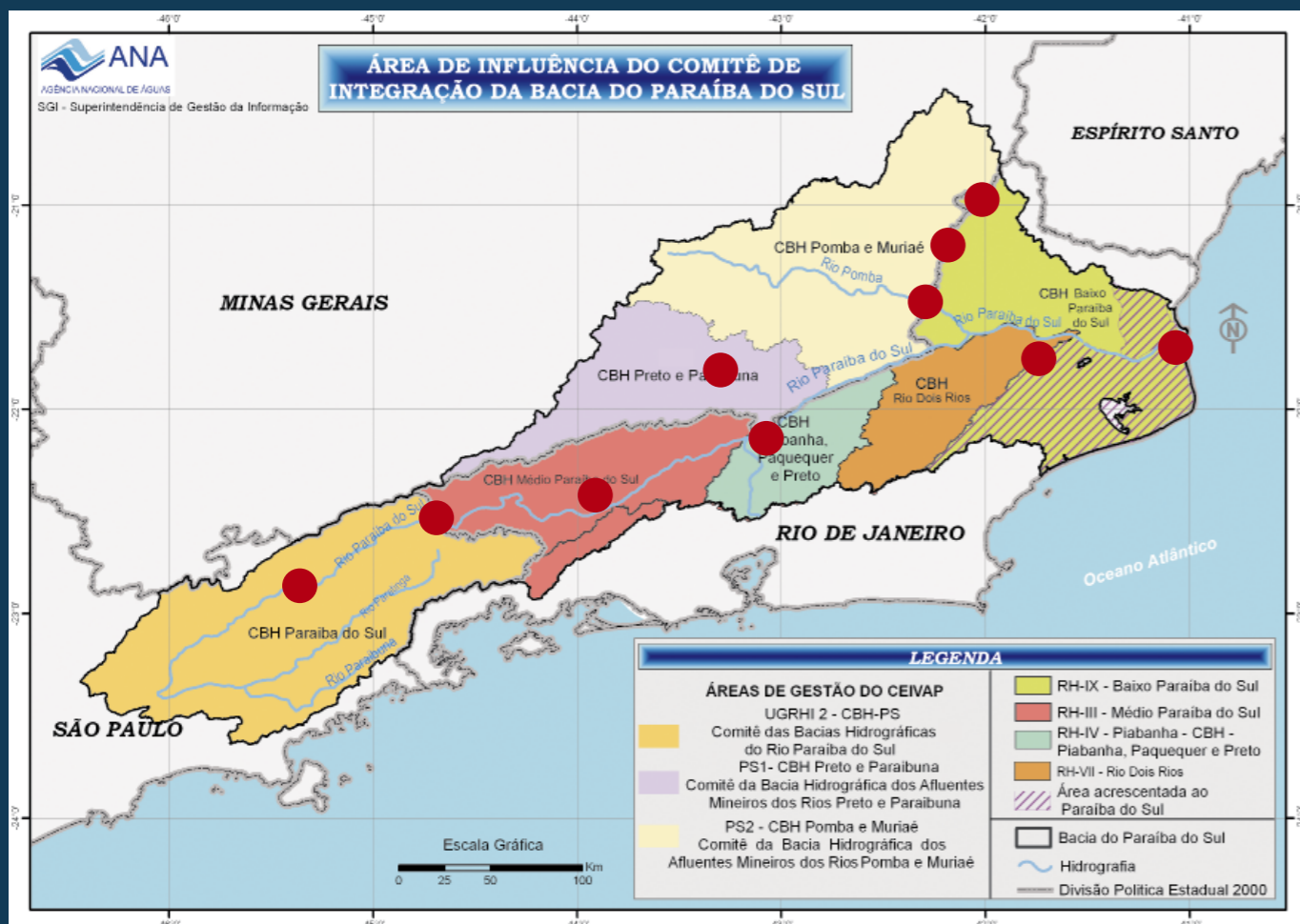
tão. No entanto, o grupo considera necessário empreender este ano novas atualizações das metas em vigor, juntamente com a diretoria do CEIVAP e da AGEVAP, conforme pontuado por Rosa Formiga e Zeila Piotto, integrantes do GACG.

GRUPO DE TRABALHO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL – GTAI

O Grupo de Trabalho de Articulação Institucional, ao longo de seus três anos de atuação, tem se debruçado sobre a construção do Convênio de Integração entre a ANA, os órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o CEIVAP e os Comitês de Bacia estaduais. Os trabalhos estão bem adiantados e, segundo o coordenador, Wilde Gontijo Júnior, técnico da ANA, em breve a minuta do Convênio deverá ser apresentada ao CEIVAP. “A previsão é que, em março de 2010, o Convênio de Integração, bem como o Pacto das Águas, sejam celebrados”, adianta.

Gontijo explica que o GTAI está trabalhando na construção de um novo Pacto Federativo, que inclui a definição de dez pontos de controle em toda a bacia do rio Paraíba do Sul (veja mapa na página 46), para monitoramento, através dos quais será possível estabelecer metas de qualidade e disponibilidade hídrica. A definição desses pontos deverá ser acordada entre o CEIVAP e os Comitês Estaduais, com anuência e acompanhamento dos órgãos gestores dos Estados e da ANA.

O coordenador do GTAI explica que a proposta do grupo é que haja sempre um organismo ou Estado, e somente um, responsável pelo alcance das metas em cada um dos pontos de controle. Para isto, foi proposto que os pontos sejam localizados na divisa dos Estados, no ponto de entrega de cada unidade de gestão dos comitês da bacia, e



em pontos estratégicos – tais como a jusante da transposição do reservatório de Santa Cecília. “O passo seguinte será a definição das metas a serem monitoradas: quanto de água deverá passar por ali, qual a qualidade dessa água, quais as metas ligadas ao uso racional da água a montante, quais as metas institucionais que se pode pactuar”, detalha.

Gontijo citou, ainda, uma questão importante levantada durante as discussões sobre o Pacto das Águas, que foi a redefinição das atribuições dos comitês da bacia. “Regimentalmente, o CEIVAP tem atribuições sobre temas que afetem o uso da água na bacia como um todo. Temos, então, que pactuar com os comitês estaduais que as questões locais devem ser resolvidas por estes, mesmo que em rios de domínio da União”, explana.

A agenda de integração proposta pelo GTAI inclui aspectos institucionais, que abrangem a consolidação

do CEIVAP como Comitê de Integração e da AGEVAP como agência única para a bacia. Os comitês mineiros já elegeram a AGEVAP como sua agência. Segundo o coordenador do GTAI, agora é preciso avançar nessa discussão, com relação aos demais Comitês Estaduais. “A idéia é que a AGEVAP se firme como a entidade técnica de toda a bacia”, afirma.

A construção deste amplo acordo engloba, ainda, um item de grande relevância: o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PGRH) e sua implementação, que remete à questão da aplicação de recursos. No entendimento do coordenador, o Pacto das Águas deve ser um instrumento capaz de fazer com que o Plano da Bacia seja integrador. “O PGRH a ser aprovado pelo CEIVAP deverá focar o Pacto das Águas e as condições de convivência entre os Estados e os comitês. Cada um dos comitês, caso necessário, terá de possuir seu próprio

plano, que defina diretrizes e metas dentro de cada uma de suas áreas de atuação”.

Quanto à aplicação de recursos nas ações definidas no Plano da Bacia, o coordenador ressalta que, com as metas definidas no Pacto das Águas, podem ser estudadas diretrizes integradas de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de maneira que possam ser alcançadas utilizando-se de forma otimizada todos os recursos disponíveis. “Fica cada vez mais claro que nosso desafio será trabalhar para que os recursos gerados pela cobrança e aqueles oriundos dos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos tenham um perfil alavancador de outros recursos, e não sejam tratados como fonte única para implementar as ações que se fazem necessárias na bacia. Se não for assim, está claro que não garantiremos muitas melhorias na quantidade e qualidade da água para as gerações futuras”, conclui Gontijo.

ANA disponibiliza portal do Sistema Nacional de Informações de RH



Um dos instrumentos de gestão previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos é o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), que desde 2008 disponibiliza dados na internet no endereço eletrônico: www.ana.gov.br/portalsnirh/. O trabalho é fruto de uma parceria entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro), do Ministério da Ciência e Tecnologia, que investiram cerca de R\$10 milhões para que essa ferramenta se tornasse realidade.

O Portal SNIRH tem como objetivo garantir o acesso rápido e preciso a informações atualizadas sobre recursos hídricos, tais como: a série histórica de um determinado rio e o número e o tipo de estações hidrometeorológicas ao longo de um manancial. É um canal de comunicação contendo todas as informações do

Sistema Nacional e trata da regulação de uso, planejamento, gestão e qualidade da água. Criado para usuários do setor, gestores, institutos de pesquisa e comunidade em geral, o SNIRH abriga grande quantidade de dados sobre o país. Entretanto, ainda não disponibiliza informações exclusivas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Valdevino Siqueira Campos Neto, Gerente de Tecnologia da Informação – SGI/ANA, disse que algumas ferramentas já estão disponíveis, outras ainda estão sendo desenvolvidas. “O usuário que tiver alguma dificuldade em acessar o sistema deve enviar um e-mail para o administrador do Portal (há necessidade de fazer um cadastro), pedindo ajuda. O administrador responde a todas as correspondências enviadas”, informa.

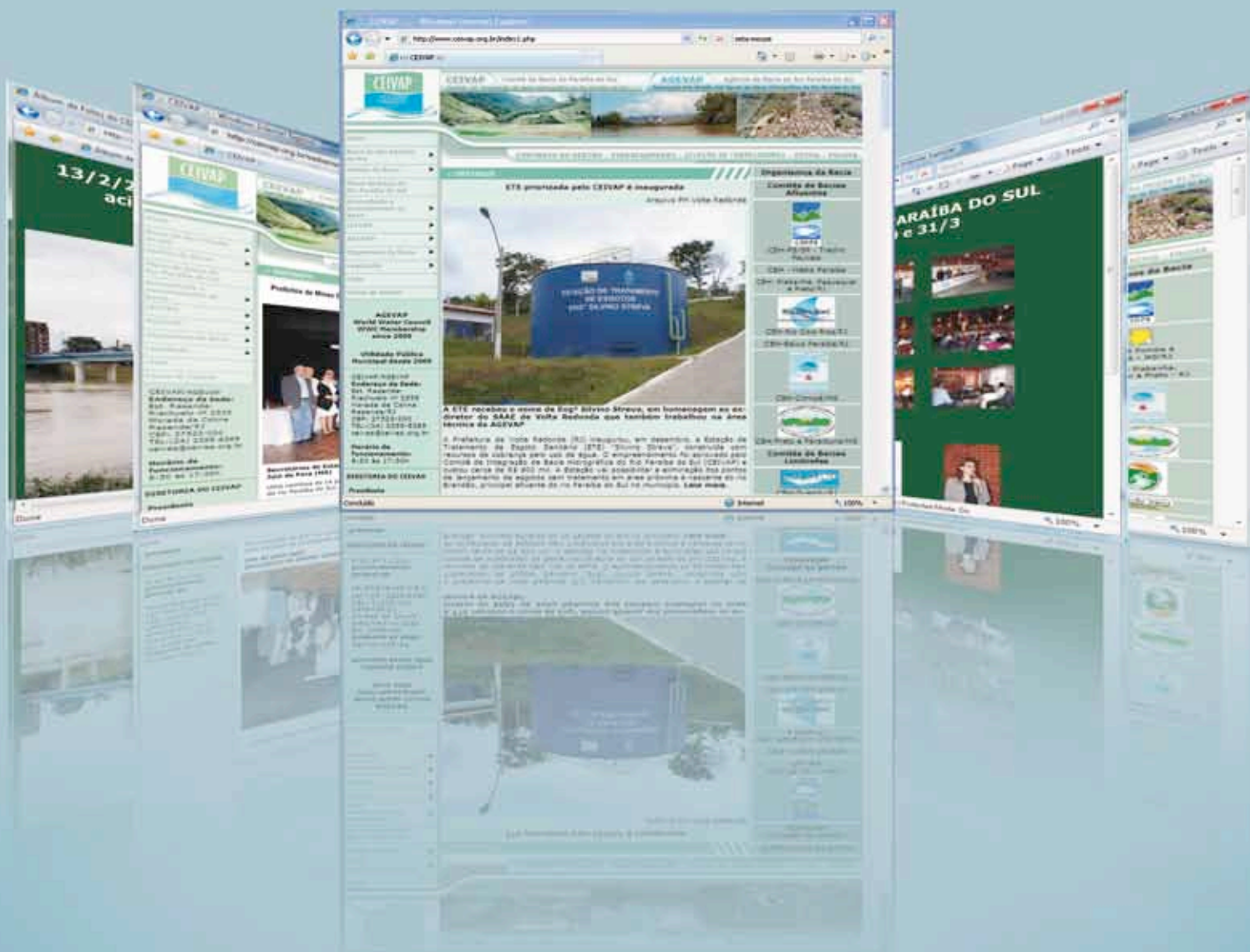
O Portal do SNIRH dá acesso a: documentos e artefatos produzidos

no Projeto SNIRH; endereços de internet pertinentes ao assunto; fórum para discussão, artigos e informação sobre o sistema de gestão de recursos hídricos; notícias sobre o desenvolvimento do Portal; e pesquisa com uso de argumento livre. Quanto às informações específicas, os internautas poderão pesquisar nos diversos módulos:

- Regulação de Usos – informações sobre o uso de recursos hídricos em todo o território nacional: processos de cadastro de usuários, outorga de uso, cobrança pelo uso, fiscalização do uso, arrecadação e declarações e certificados;
- Módulo QualiQuantitativo – informações decorrentes do monitoramento hidro-meteorológico do país, do levantamento de dados fluviométricos, pluviométricos e de qualidade de água, com as características quali-quantitativas de cursos d’água e dos índices pluviométricos, com suas distribuições no espaço e no tempo;
- Planejamento e Gestão – acompanhamento sistemático da situação dos recursos hídricos no país, quanto à quantidade e qualidade de água, além do acompanhamento do grau de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- Módulo de Inteligência Hídrica, Geográfica e Documental – que incorpora todos os processos necessários para a geração de informações hidrológicas com base nos dados brutos gerados por monitoramento e em modelos hidrológicos para atender às necessidades sobre informações de disponibilidade hídrica; e
- Informações gerais sobre as Redes de Pesquisa que apoiam o SNIRH.

CONHEÇA O TRABALHO PIONEIRO DO CEIVAP

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL



acesse:
www.ceivap.org.br

